

MARISA LOJAS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Marisa Lojas S.A. (“Companhia” ou “Marisa”), incorporada no Brasil, com sede na Rua James Holland, 422, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 28 de abril de 1959, é uma Companhia de capital aberto e está listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código de negociação AMAR3. O controle da Companhia é exercido por um grupo de acionistas domiciliados no País, conforme nota explicativa 25. A Companhia atua nos segmentos varejistas de artigos de vestuário em geral e outros próprios de lojas de departamentos, além da importação de mercadorias e da venda de produtos pela Internet, e, através de suas controladas, na administração de cartões de crédito próprio (modalidade de “Private Label” e “Co-branded” - Marisa Itaucard) e na área de Logística.

A Companhia possui participação direta e indireta nas seguintes sociedades:

- a) Due Mille Participações Ltda. (“Due Mille”) - tem por objetivo principal a prestação de serviços de manuseio, arrumação, carga e descarga de mercadorias de qualquer natureza, a administração geral em centrais de distribuição de mercadorias e o encabidamento e a logística de cabides.
- b) MAX Participações Ltda. (“MAX”) - opera como “holding”, investindo na seguinte sociedade:
 - SAX S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (“SAX”) - tem por objetivo atuar no mercado de crédito, financiamento e investimento no segmento varejista, concedendo empréstimos para pessoas físicas.
- c) Club Administradora de Cartões de Crédito S.A. (Club), sucessora da Marisa S.A. - tem por objetivo principal a administração do Cartão Marisa e a participação no capital social de outras sociedades. .
 - i) Primos Participações Ltda. (“Primos”) - tem por objetivo principal a administração da contratação de seguros pessoais entre os usuários do Cartão Marisa e as seguradoras.
 - ii) TCM Participações Ltda. (“TCM”) - tem por objetivo principal a prestação de serviços de cobrança, assessoria de crédito e administração de carteiras de cobrança do Cartão Marisa.
 - iii) TEF Serviços de Processamento de Dados Ltda. (“TEF”) - tem por objetivo principal a impressão e a remessa das faturas do Cartão Marisa.
- d) Siará Comércio Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda. (“Siará”) - opera como comércio atacadista de artigos do vestuário e armarinhos em geral, podendo importar ou exportar as referidas mercadorias, bem como participar como sócia ou acionista em outras sociedades.

- e) Albatroz Comércio Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda. (“Albatroz”) - opera como comércio atacadista de artigos do vestuário e armarinhos em geral, podendo importar ou exportar as referidas mercadorias, bem como participar como sócia ou acionista em outras sociedades.
- f) Fashion Comércio Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda. (“Fashion”) - opera como comércio atacadista de artigos do vestuário e armarinhos em geral, podendo importar ou exportar as referidas mercadorias, bem como participar como sócia ou acionista em outras sociedades.
- g) Registrada - Marcas, Patentes e Royalties Ltda. (“Registrada”) - opera a gestão de ativos intangíveis não financeiros, incluindo a administração de marcas, a compra, a venda, o uso e o licenciamento pelo uso de marcas e patentes, o recebimento de “royalties”, a permissão para reprodução e a utilização das marcas e patentes em processos e produtos, bem como o comércio varejista de artigos do vestuário.
- h) Stúdio Comércio Varejista do Vestuário Ltda. (“Stúdio”) - atua nos segmentos varejistas de artigos de vestuário em geral e outros próprios de lojas de departamentos, além da importação e exportação de mercadorias, bem como participa como sócia ou acionista em outras sociedades.
- i) Estilo Comércio, Transportes e Serviços Ltda (“Estilo”) - opera como comércio atacadista de artigos do vestuário e armarinhos em geral, podendo prestar serviços de transporte de bens e mercadorias, prestar serviços de etiquetagem, encabidamento e colocação de alarmes, podendo ainda importar ou exportar as referidas mercadorias, bem como participar como sócia ou acionista em outras sociedades.
- j) Visual Comércio Atacadista de Artigos do Vestuário Ltda. (“Visual”) - opera como comércio atacadista de artigos do vestuário e armarinhos em geral, podendo importar ou exportar as referidas mercadorias, bem como participar como sócia ou acionista em outras sociedades.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras anuais consolidadas

As demonstrações financeiras anuais consolidadas da Companhia e suas controladas foram preparadas e elaboradas de acordo as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas de Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (“International Financial Reporting Standards - IFRSs” ou “International Accounting Standards - IASs”), emitidas pelo “International Accounting Standard Board - IASB”.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras da Marisa Lojas S.A. e das empresas nas quais a Companhia mantém o controle acionário detalhadas na nota explicativa 1, cujos exercícios sociais são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis são uniformes.

As controladas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado, seguem a sua natureza, complementado pela eliminação do seguinte:

- Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas.

2.2. Apresentação das demonstrações financeiras anuais individuais

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Para fins de apresentação de relatório, esse conjunto de regras é denominado “BR GAAP”.

Os pronunciamentos, as interpretações e as orientações do CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e normas da CVM, estão substancialmente convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Algumas adequações foram procedidas nas demonstrações financeiras individuais visando ao alinhamento e à equiparação às demonstrações financeiras consolidadas em IFRSs, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 610/09 (CPC 43 - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos). Dessa forma, as demonstrações financeiras individuais não apresentam diferenças em relação às consolidadas em IFRS, conforme mencionado no item 2.1. exceto pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial para as demonstrações financeiras individuais da controladora.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com a BR GAAP e as IFRSs requer que a Administração utilize estimativas. As rubricas que envolvem julgamento ou uso de estimativas relevantes na preparação das demonstrações financeiras individuais estão divulgadas na nota explicativa nº 4. Essas demonstrações financeiras individuais foram preparadas usando o custo histórico como base de valor e, quando aplicável, ajustado ao valor justo da transação.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados e para as demonstrações financeiras individuais da Companhia (BR GAAP) e consolidadas (IFRS):

a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do período.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, de liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Os investimentos temporários são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

d) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas, quando aplicável, são classificados sob as seguintes categorias: (1) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (2) ativos financeiros mantidos até o vencimento; (3) ativos financeiros disponíveis para venda; e (4) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

Os ativos financeiros da Companhia incluem: (i) caixa e equivalente de caixa; (ii) contas a receber; (iii) títulos e valores mobiliários; (iv) outros créditos; e (v) instrumentos financeiros derivativos.

A mensuração de ativos financeiros depende de sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

(1) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, no caso da Companhia e de suas controladas, compreendem os saldos de caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos.

(2) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia e suas controladas não possuíam ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.

(3) Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotadas em mercados ativos ou não cotadas em mercados ativos, mas que possam ter os seus valores justos estimados razoavelmente. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, no caso da Companhia e de suas controladas não possuíam ativos financeiros registrados nas demonstrações financeiras sob essa classificação.

(4) Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, no caso da Companhia e de suas controladas, compreendem contas a receber de clientes e outros créditos.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações e utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos de derivativos a termo de moeda e de *swaps* de juros para proteger-se dos riscos de taxas de câmbio e de taxas de juros, respectivamente. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo (valor de mercado) em cada data de divulgação de balanço e são contabilizados como ativos financeiros por meio do resultado quando o valor justo apresentar ganho e como passivos financeiros por meio do resultado quando o valor justo apresentar perda. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

(ii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no

mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como os mesmos são calculados estão descritos na nota explicativa 34.

(v) Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou como empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. No caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem: (i) fornecedores; (ii) contas a pagar; (iii) outros passivos circulantes; (iv) empréstimos e financiamentos; e (v) instrumentos financeiros derivativos.

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

(1) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem os instrumentos financeiros derivativos. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de liquidação no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não possuía passivos financeiros classificados como mantidos para negociação.

(2) Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros líquidos dos custos de transação incorridos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros.

(3) Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo,

sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

e) Contas a receber

As contas a receber são registradas e mantidas nos balanços pelo custo amortizado dos títulos representativos desses créditos.

A controlada Club realiza operações de securitização de suas contas a receber por intermédio de sociedade de propósito específico - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios “FIDC NP Itapeva III”.

f) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzidos de todos os custos necessários para realizar a venda.

g) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, uma vez que o tempo médio de montagem e abertura da loja é de aproximadamente três meses, não se enquadrando na definição de ativo qualificável, conforme o item 5 do CPC 20 e a IAS 23 - Custos de Empréstimos. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado.

Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando necessário.

h) Intangível

Os gastos com as aquisições de licenças de programas de computador (“software”) e de sistemas de gestão empresarial são capitalizados e amortizados conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 17 e os gastos associados à respectiva manutenção são reconhecidos como despesas quando incorridos.

Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados sejam superiores ao respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. Os gastos com desenvolvimento de software reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada. As despesas

relacionadas à manutenção de software são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

Os fundos de comércio e os direitos de uso de infraestrutura são pagos pela Companhia quando da assinatura dos contratos de aluguel e são amortizados linearmente pelo prazo do respectivo contrato de locação.

A vida útil estimada é revisada ao final de cada exercício. A despesa de amortização dos ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado, na rubrica de despesa consistente com a funcionalidade do ativo intangível.

Todos os ativos intangíveis da Companhia e de suas controladas são adquiridos de terceiros.

i) Avaliação do valor recuperável dos ativos não financeiros

Os bens do imobilizado e intangível e, quando aplicável, outros ativos não financeiros são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente de situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior entre o seu valor em uso e o seu valor líquido de venda, ela é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs), os quais correspondem a cada uma das lojas.

j) Arrendamento mercantil

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do período pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Companhia e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e os benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa efetiva de juros constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, são classificadas nos passivos circulante e não circulante de acordo com o prazo do contrato. O bem do imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo, conforme mencionado no item g), ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor.

k) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes são registrados pelo seu valor realizável (ativos) e pelos seus valores conhecidos ou estimáveis (passivos), acrescidos de juros, variações monetárias e encargos, quando aplicável.

l) Provisões para litígios e demandas tributárias, cíveis e trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, é provável a saída de recursos financeiros para liquidar essa obrigação e o valor pode ser razoavelmente estimado na data das demonstrações financeiras.

m) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

As receitas de vendas e os respectivos custos são registrados na entrega das mercadorias aos clientes e as receitas de prestação de serviços de cobrança e intermediação de produtos financeiros do Cartão Marisa são registradas quando o serviço é prestado.

Os descontos de fornecedores são reconhecidos como redução ao custo de formação do estoque, e quando esse é vendido, consequentemente, como uma redução do custo do produto vendido.

As receitas decorrentes das operações com cartão de crédito são apropriadas observando-se o critério “pro rata”, substancialmente com base no método da taxa efetiva de juros.

n) Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas e serviços prestados, exceto:

- quando os impostos sobre vendas e serviços prestados incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas e serviços prestados é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas e serviços prestados; e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas e serviços prestados, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

o) Resultado financeiro (receitas e despesas financeiras)

Representam juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e cambial ativa e passiva, com relação aos empréstimos com instrumento de “swap”, resultado de variação cambial líquido dos ganhos e das perdas com instrumentos financeiros derivativos (“swap” contratado) e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

p) Ajuste a valor presente

As operações de compras e vendas a prazo, prefixadas, foram trazidas a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que a controlada incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. A Companhia adota a taxa média de encargos financeiros das captações, pois o preço à vista e o parcelamento prefixado têm o mesmo valor de venda, não sendo política da Companhia conceder descontos para pagamentos antecipados; além disso, não é considerada a variável juros na política de precificação dos produtos.

A constituição do ajuste a valor presente de compras é registrada nas rubricas "Fornecedores" e "Estoques" e sua reversão tem como contrapartida as rubricas "despesas financeiras" e "Custo da revenda de mercadorias" respectivamente pela fruição de prazo, no caso de fornecedores e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados.. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica "Contas a receber de clientes" e sua realização é registrada na rubrica "Receita com operações de cartão de crédito", pela fruição do prazo.

q) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

- Correntes

A provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL é calculada de acordo com a legislação fiscal vigente no País, com base no lucro líquido contábil ajustado pelas adições e exclusões de despesas e receitas não dedutíveis ou não tributáveis fiscalmente no momento do seu registro.

Para as controladas Primos, TCM, TEF e Due Mille, as bases de cálculo do IRPJ e da CSLL são apuradas de acordo com os critérios estabelecidos na legislação fiscal vigente, sendo utilizado o regime de lucro presumido.

- Diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos foram calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais do IRPJ e as bases negativas de CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas esperadas na realização dos respectivos impostos diferidos ativos ou na liquidação dos impostos diferidos passivos. A despesa com IRPJ e CSLL diferidos é reconhecida no resultado do exercício, exceto quando se referir a bases cujos efeitos são contabilizados diretamente no patrimônio líquido; nesse caso, a despesa é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são determinados considerando as taxas vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em

que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

A Companhia compensa os ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos se e somente se: (a) tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes; e (b) os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam recuperados ou liquidados.

r) Plano de outorga de opções de compra de ações

O valor justo das opções outorgadas pela Companhia a executivos é reconhecido como despesa no resultado, durante o período no qual o direito é adquirido, após o atendimento de determinadas condições específicas. Nas datas dos balanços, a Administração da Companhia revisa as estimativas quanto à quantidade de opções, cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições, e reconhece, quando aplicável, no resultado do período em contrapartida do patrimônio líquido o efeito decorrente da revisão dessas estimativas iniciais.

s) Apresentação de informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pelo Diretor Presidente.

t) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se refere as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica “Dividendos adicionais propostos” no patrimônio líquido.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do lucro líquido do exercício, diretamente no patrimônio líquido.

u) Apresentação do lucro por ação

Conforme a IAS 33 – Lucro por Ação e o CPC 41 - Resultado por Ação, o lucro líquido deve ser apresentado como básico e diluído.

v) Políticas contábeis aplicáveis somente às demonstrações financeiras da controladora (BR GAAP)

- Investimentos

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As operações entre as controladas da Companhia, que geram ganhos ou perdas não realizados nessas operações, quando aplicável, foram eliminados. As práticas contábeis adotadas pelas sociedades controladas são uniformes com as adotadas pela Companhia.

x) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e suas controladas e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

4. PRINCIPAIS FONTES DE JULGAMENTO E ESTIMATIVAS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A Administração da Companhia e de suas controladas realiza estimativas e premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

a) Redução dos valores de recuperação dos ativos

A cada encerramento de exercício social, a Companhia revisa os saldos dos ativos intangíveis e imobilizados, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário.

b) Provisão para perdas de inventário

A provisão para perdas dos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução do inventário físico de lojas e centrais de distribuição, e é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas quando da realização dos procedimentos de inventário físico.

c) Provisão para desvalorização dos estoques

A desvalorização dos saldos dos estoques é composta basicamente por itens vendidos abaixo do preço de aquisição, em grande parte pelas liquidações decorrentes de troca de coleção. A Companhia estima o valor da provisão para desvalorização dos estoques com base nos preços de venda a serem praticados, líquidos dos impostos e das despesas com vendas, comparados com o custo registrado.

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes do Cartão Marisa são controladas por faixa de vencimento e CPF dos respectivos clientes, sendo efetuado acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis entre a data de venda ao cliente (constituição das contas a receber) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas por faixa de vencimento, aplicando-se esse percentual sobre os valores vencidos acima de 90 dias, considerados como críticos para a Companhia.

e) Provisão para litígios e demandas tributárias, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação da Administração com base na opinião dos seus consultores jurídicos.

f) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que poderão ser reconhecidos, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

g) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como os mesmos são calculados estão descritos na nota explicativa 34.

h) Transações com Pagamentos Baseados em Ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais

adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 25.

5. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

- (i) Normas, interpretações e alterações de normas existentes em vigor em 31 de dezembro de 2011 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011; entretanto, não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia:

<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Aplicável a períodos anuais com início em ou após</u>
Alterações à IAS 24	Divulgações de partes relacionadas	1º de janeiro de 2011
Alterações à IAS 32 (R)	Instrumentos financeiros: Apresentação	1º de janeiro de 2011
Alterações à IFRIC 14	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	1º de janeiro de 2011
Alterações à IFRIC 19	Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital	1º de janeiro de 2011

- (ii) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de abril de 2011 ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia. A Companhia espera que a adoção destes pronunciamentos não tenha um impacto significativo em suas demonstrações financeiras.

<u>Pronunciamento ou interpretação</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Aplicável a períodos anuais com início em ou após</u>
Alterações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40	1º de janeiro de 2012
Alterações à IAS 27 (R)	Demonstrações Consolidadas e Separadas	1º de janeiro de 2013
Alterações à IAS 28 (R)	Investimentos em coligada e em controlada	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs	1º de julho de 2011
Alterações à IFRS 7	Divulgações - transferências de ativos financeiros	1º de julho de 2011
IFRS 9 (conforme alteração em 2010)	Instrumentos financeiros (Classificação e Mensuração)	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 10	Demonstrações Financeiras Consolidadas	1º de janeiro de 2013

Alterações à IFRS 11	Empreendimentos Conjuntos	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 12	Divulgações de Participações em Outras Entidades	1º de janeiro de 2013
Alterações à IFRS 13	Mensurações do Valor Justo	1º de janeiro de 2013

6. CONSOLIDAÇÃO SOCIETÁRIA

a) Exercício da opção de compra da MAX

Conforme previsto no Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária de Ações Ordinárias de Emissão emitido em 18 de outubro de 2007, a Marisa possuía opção de compra das ações da MAX, que controla diretamente a SAX, uma instituição financeira detida indiretamente pelos controladores da Marisa Lojas, criada com o objetivo de estender financiamento de crédito pessoal aos clientes da Companhia. A aquisição do controle da MAX foi determinada, naquela época, pelo valor de R\$7.419, acrescido da variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M até a data do efetivo pagamento, condicionada à aprovação do Banco Central do Brasil, que ocorreu em 8 de novembro de 2007.

Em 2 de março de 2010, foi aprovada em Ata de Reunião do Conselho de Administração - ARCA o exercício da opção de compra das ações da MAX e em 18 de março de 2010 a Marisa, controlada da Marisa Lojas, exerceu a opção de compra e adquiriu as ações da MAX, pelo valor de R\$8.539, passando a ser a controladora dessa sociedade. O exercício dessa opção gerou uma perda no montante de R\$1.088.

b) Credi-21 Participações Ltda. e Fix Participações Ltda

Em 28 de fevereiro de 2011, as operações da Credi-21 Participações Ltda. e Fix Participações Ltda. foram incorporadas pela Club Administradora de Cartões de Crédito S.A., com base em laudo de avaliação a valores contábeis, com data-base em 28 de fevereiro de 2011, preparado por avaliadores independentes, sendo esta a sucessora da Marisa S.A. A operação foi realizada com o intuito de simplificar a estrutura societária e não gerou nenhum efeito no resultado. Itapeva III FIDC-NP

c) Itapeva III FIDC-NP

A Companhia consolida as demonstrações financeiras do Itapeva III Multicarteira Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados ("FIDC-NP Itapeva III"), sociedade de propósito específico constituída com a finalidade de conduzir a securitização de recebíveis de sua controlada Club. A consolidação se justifica pelo fato de a maior parte dos riscos e benefícios relacionados ao fundo estar vinculada a quotas subordinadas detidas pela controlada.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa	8.098	11.518
Bancos conta movimento	19.624	13.082

Aplicações financeiras	<u>410.339</u>	<u>282.754</u>
	<u>438.061</u>	<u>307.354</u>

	Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa	8.149	11.573
Bancos conta movimento	20.602	13.714
Aplicações financeiras	<u>612.543</u>	<u>496.401</u>
	<u>641.294</u>	<u>521.688</u>

Aplicações financeiras

	Controladora	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Operações compromissadas - Banco Bradesco S.A. Leasing (a)	91.227	27.805
Operações compromissadas - Banco Itaú BBA S.A. Leasing (a)	89.012	76.191
Operações compromissadas - Banco Safra S.A. Leasing (a)	56.015	35.038
Operações compromissadas - Banco Votorantim S.A. Leasing (a)	54.812	26.783
Operações compromissadas - Banco Alfa S.A. Leasing (a)	-	5.036
Banco do Brasil S.A. CDB (b)	116.290	90.727
Banco Bradesco S.A. CDB (b)	2.823	792
HSBC Bank Brasil S.A. CDB (b)	-	17.137
Banco Safra S.A. CDB (b)	-	2.577
Banco Votorantim S.A. CDB (b)	-	505
Outros fundos	<u>160</u>	<u>163</u>
	<u>410.339</u>	<u>282.754</u>

	Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Operações compromissadas - Banco Itaú BBA S.A. Leasing (a)	155.024	113.413
Operações compromissadas - Banco Bradesco S.A. Leasing (a)	128.055	62.839
Operações compromissadas - Banco Safra S.A. Leasing (a)	87.120	77.236
Operações compromissadas - Banco Votorantim S.A. Leasing (a)	83.222	57.545
Operações compromissadas - Banco Alfa S.A. Leasing (a)	27.624	24.001
Operações compromissadas - Banco Santander S.A. Leasing (a)	-	15.127
Banco do Brasil S.A. - CDB (b)	116.290	90.727
Banco Votorantim S.A. - CDB (b)	4.953	27.513
Banco Bradesco S.A. - CDB (b)	4.935	792
HSBC Bank Brasil S.A. - CDB (b)	-	19.301
Banco Safra S.A. - CDB (b)	-	7.069
Outros fundos	<u>5.320</u>	<u>838</u>
	<u>612.543</u>	<u>496.401</u>

- (a) Referem-se a operações compromissadas em debêntures, que se caracterizam pela venda de uma debênture com o compromisso por parte do vendedor (banco) de recomprá-lo e do comprador (Companhia) de revendê-lo no futuro, com liquidez imediata sem perda de rendimento, que varia

de 100,0% a 103,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (de 100,0% a 104,0% em 31 de dezembro de 2010).

- (b) Refere-se a aplicações em CDB com compromisso de recompra pela instituição financeira com rendimento variando de 100,0% a 103,5% do CDI (de 100,0% a 105,0% em 31 de dezembro de 2010).

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Taxa de rendimento - %		Controladora	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Operação compromissada - Banco				
Safrá S.A. Leasing (b)	(a)	(a)	2.381	2.192
Banco Bradesco S.A. LFT - Renda				
Fixa (b)	11,62	9,77	1.697	1.520
Banco Santander Brasil S.A. Di Extra	7,49	-	223	-
Banco BTG Pactual S.A. – CDB (b)	(c)	-	312	-
Credit Suisse (Brasil) S.A. CDB (b)	(c)	(c)	89	7.989
Credit Suisse (Brasil) S.A. - CS				
Portfólio (d)	-	8,95	-	10.594
Outros títulos e valores mobiliários	-	-	<u>1.122</u>	<u>1.326</u>
			<u>5.824</u>	<u>23.621</u>
Ativo circulante			360	18.954
Ativo não circulante			<u>5.464</u>	<u>4.667</u>
			<u>5.824</u>	<u>23.621</u>

	Taxa de rendimento - %		Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Operação compromissada - Banco				
Safrá S.A. Leasing (b)	(a)	(a)	2.439	2.192
Banco Bradesco S.A. LFT - Renda				
Fixa (b)	11,62	9,77	1.697	1.520
Banco Santander Brasil S.A. Di Extra	7,49	-	223	-
Banco BTG Pactual S.A. – CDB (b)	(c)	-	312	-
Credit Suisse (Brasil) S.A. CDB (b)	(c)	(c)	89	7.989
Credit Suisse (Brasil) S.A. - CS				
Portfólio (d)	-	8,95	-	10.594
Outros títulos e valores mobiliários	-	-	<u>1.290</u>	<u>1.726</u>
			<u>6.050</u>	<u>24.021</u>
Ativo circulante			360	18.952
Ativo não circulante			<u>5.690</u>	<u>5.069</u>
			<u>6.050</u>	<u>24.021</u>

- (a) Refere-se à operação compromissada em debêntures, com rendimento de 100,0% a 105,0% do CDI (de 100,0% a 107,0% do CDI em 31 de dezembro de 2010).

- (b) Refere-se à aplicação financeira dada em garantia e fiança a processos judiciais.

- (c) Aplicações em CDB com rendimento de 95,15% a 105,5% do CDI (de 102,0% do CDI em 31 de dezembro de 2010).
- (d) Aplicação mantida como garantia de empréstimos junto ao Banco Credit Suisse (Brasil) S.A., a qual foi resgatada em 1º de agosto de 2011.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

		Controladora	
		<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Contas a receber de clientes - Cartão Marisa:			
A vencer:			
De 151 a 180 dias	-		166
De 121 a 150 dias	202		579
De 91 a 120 dias	4.623		6.867
De 61 a 90 dias	7.861		16.799
De 31 a 60 dias	51.019		51.311
Até 30 dias	<u>98.240</u>		<u>105.801</u>
	<u>161.945</u>		<u>181.523</u>
Administradoras de cartões de crédito – terceiros (a)	118.621		92.911
Cartão “co-branded” - Marisa Itaucard (a)	45.126		41.894
Outras contas a receber	156		95
Ajuste a valor presente	(5.432)		(4.741)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (d)	<u>(144)</u>		<u>(95)</u>
	<u>320.272</u>		<u>311.587</u>

		Consolidado	
		<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Contas a receber de clientes - Cartão Marisa:			
A vencer:			
Acima de 210 dias	28.607		29.865
De 181 a 210 dias	15.255		16.183
De 151 a 180 dias	17.722		18.502
De 121 a 150 dias	31.784		33.297
De 91 a 120 dias	43.152		43.194
De 61 a 90 dias	59.324		60.329
De 31 a 60 dias	60.765		60.156
Até 30 dias	<u>105.147</u>		<u>105.784</u>
	<u>361.756</u>		<u>367.310</u>
Vencidas:			
Até 30 dias	60.108		64.009
De 31 a 60 dias	17.810		19.610
De 61 a 90 dias	20.292		15.054
De 91 a 120 dias	21.382		13.909

	Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
De 121 a 150 dias	18.303	11.589
De 151 a 180 dias	<u>16.014</u>	<u>10.421</u>
	<u>153.909</u>	<u>134.592</u>
	<u>515.665</u>	<u>501.902</u>
Administradoras de cartões de crédito – terceiros (a)	119.673	92.911
Cartão “co-branded” - Marisa Itaucard (a)	45.126	41.894
Contas a receber - Banco Itaú Unibanco (b)	8.797	12.960
Operações de crédito pessoal – SAX (c)	54.192	25.046
FIDC-NP Itapeva III (e)	5.850	-
Outras contas a receber	250	262
Ajuste a valor presente	(5.687)	(5.016)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (d)	<u>(61.501)</u>	<u>(35.421)</u>
	<u>682.365</u>	<u>634.538</u>

(a) Refere-se a saldo com administradoras de cartões de crédito onde o recebimento ocorre em até 90 dias, sendo que em 31 de dezembro de 2011 o percentual de recebimento em 30 dias é de 62% (60% em 31 de dezembro de 2010).

(b) Conforme contrato celebrado com o Banco Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A. (“Itaú Unibanco”) para criação do cartão de crédito Itaú Unibanco/Marisa (“co-branded”), nas situações em que ocorre a migração do cliente detentor do “Cartão Marisa” para este novo cartão, os saldos a receber em aberto são automaticamente assumidos pelo Itaú Unibanco, o qual pagará à Marisa o valor principal acrescido de juros previamente contratados pelo cliente nas vendas parceladas, se aplicável.

(c) O montante das operações de crédito pessoal está assim distribuído por prazo de recebimento:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
A vencer:		
Acima de 180 dias	5.770	3.077
De 91 a 180 dias	10.260	5.357
De 61 a 90 dias	5.556	2.704
De 31 a 60 dias	6.880	3.462
Até 30 dias	<u>8.212</u>	<u>3.974</u>
	<u>36.678</u>	<u>18.574</u>
Vencidas:		
Até 30 dias	3.333	1.501
De 31 a 60 dias	2.191	920
De 61 a 90 dias	1.992	776
De 91 a 120 dias	1.893	675
De 121 a 150 dias	1.693	583
De 151 a 180 dias	1.548	519
De 181 a 240 dias	2.583	830
De 241 a 300 dias	1.638	492
De 301 a 360 dias	<u>643</u>	<u>176</u>
	<u>17.514</u>	<u>6.472</u>
	<u>54.192</u>	<u>25.046</u>

(d) A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(198)	(27.750)
Créditos provisionados no período	(179)	(144.565)
Créditos baixados definitivamente	<u>282</u>	<u>136.894</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(95)	(35.421)
Créditos provisionados no período	(152)	(202.266)
Créditos baixados definitivamente	<u>103</u>	<u>176.186</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>(144)</u>	<u>(61.501)</u>

e) A totalidade da carteira transferida para Itapeva III FIDC-NP refere-se a direitos creditórios não performados no montante total de R\$130.024 que encontravam-se integralmente baixados nas demonstrações financeiras consolidadas.

10. FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS – FIDC-NP ITAPEVA III MULTIMERCADO

Em 28 de dezembro de 2011 foram iniciadas as operações do FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS ITAPEVA III MULTIMERCADO (“FIDC-NP Itapeva III”), cujo objeto definido em regulamento é o Investimento em direitos creditórios constituído, sendo sob a forma de condomínio fechado, regido pela Resolução CMN nº 2.907/2001, pela Instrução CVM nº 356/01, pelo Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis, com a finalidade específica de adquirir direitos creditórios representados por títulos ou contratos representativos de operações relacionadas à aquisição de bens ou serviços pelos clientes das empresas do Grupo Marisa. O FIDC-NP Itapeva III tem prazo de duração indeterminada.

A estrutura de patrimônio do FIDC-NP Itapeva III, em 31 de dezembro de 2011, é constituída por 5,85 quotas subordinadas de titularidade da controlada Club, no valor de R\$1.000 cada totalizando o montante de R\$5.850. O regulamento do FIDC-NP Itapeva III define que 50% do patrimônio líquido do fundo deverá estar representado por direitos creditórios.

O balanço patrimonial do fundo está assim demonstrado:

	<u>31/12/2011</u>
Ativo	
Contas a receber	5.850
Passivo	
Patrimônio líquido	5.850

O FIDC-NP Itapeva III foi consolidado conforme detalhado na nota explicativa n.º 6.

11. ESTOQUES

	Controladora	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Mercadorias para revenda	261.794	213.326
Importação em andamento	24.004	16.956
Estoque de material de consumo e embalagem	6.251	6.692
Ajuste a valor presente	(2.868)	(1.743)
Provisões para perdas dos estoques (*)	<u>(7.951)</u>	<u>(3.215)</u>
	<u>281.230</u>	<u>232.016</u>

	Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Mercadorias para revenda	261.794	213.326
Importação em andamento	24.004	16.956
Estoque de material de consumo e embalagem	6.412	6.692
Ajuste a valor presente	(2.868)	(1.743)
Provisões para perdas dos estoques (*)	<u>(7.951)</u>	<u>(3.215)</u>
	<u>281.391</u>	<u>232.016</u>

(*) O valor das provisões para perdas dos estoques refere-se às prováveis perdas de inventário e desvalorização dos estoques, e sua movimentação é como segue:

	Controladora / Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2009	(4.007)
Provisão registrada	(48.551)
Baixa de provisão por utilização	<u>49.343</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(3.215)
Provisão registrada	(84.967)
Baixa de provisão por utilização	<u>80.231</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>(7.951)</u>

12. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar (*)	80.981	66.982
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	11.459	7.316
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	5.215	2.749
Imposto de renda sobre aplicação financeira	10.892	1.681
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	72	73
Contribuição p/ o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	346
Programa de Integração Social - PIS	-	66
Outros	<u>512</u>	<u>-</u>

	<u>109.131</u>	<u>79.213</u>
Ativo circulante	74.489	37.208
Ativo não circulante	<u>34.642</u>	<u>42.005</u>
	<u>109.131</u>	<u>79.213</u>

	Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar (*)	81.165	66.982
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	13.009	8.193
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	6.071	3.436
Imposto de renda sobre aplicação financeira	9.610	4.496
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.257	1.643
Contribuição p/ o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.562	1.270
Programa de Integração Social - PIS	336	265
Outros	<u>523</u>	<u>63</u>
	<u>115.533</u>	<u>86.348</u>
Ativo circulante	80.891	44.343
Ativo não circulante	<u>34.642</u>	<u>42.005</u>
	<u>115.533</u>	<u>86.348</u>

(*) Parte do saldo da rubrica “Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS a recuperar” (R\$53.278 em 31 de dezembro de 2011 e R\$53.910 em 31 de dezembro de 2010) refere-se a créditos de ICMS nas operações de compras de mercadorias de fornecedores do Estado de Santa Catarina. A Companhia estima que este saldo será totalmente recuperado até o ano de 2013, de acordo com o quadro abaixo:

Ano:	
2012	30.407
2013	<u>22.871</u>
	<u>53.278</u>

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativo não circulante:		
Prejuízo fiscal	7.582	-
Base negativa de CSLL	2.729	-
Provisão para litígios e demandas judiciais	10.768	13.581
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	49	32
Provisão para perdas nos estoques	2.703	1.093
Provisão para (ganhos) perdas de “swap”	(5.064)	4.079
Provisão de aluguéis	4.582	-
Bônus a empregados	-	2.720

Ajuste a valor presente	1.787	920
Despesas com utilidades públicas	340	-
Reserva de opção de compra de ações	612	219
Juros sobre debêntures	653	-
Comissão de cartões	890	741
Outros	<u>2.752</u>	<u>293</u>
	<u>30.383</u>	<u>23.678</u>

	Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativo não circulante:		
Prejuízo fiscal	8.418	-
Base negativa de CSLL	3.030	-
Provisão para litígios e demandas judiciais	16.274	19.494
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	17.843	11.068
Provisão para perdas nos estoques	2.703	1.093
Provisão para (ganhos) perdas de “swap”	(5.530)	5.269
Receita diferida - parceria Itaú Unibanco	28.220	32.300
Provisão de aluguéis	4.582	-
“Profit Sharing” Associação Itaú Unibanco	-	(1.559)
Ajuste a valor presente	1.860	1.001
Bônus a empregados	98	3.047
Despesas com utilidades públicas	340	-
Reserva de opção de compra de ações	612	219
Juros sobre debêntures	653	-
Comissão de cartões	890	741
Outros	<u>3.335</u>	<u>304</u>
	<u>83.328</u>	<u>72.977</u>

O saldo de imposto de renda diferido ativo inclui o efeito total dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social da Marisa Lojas e de sua controlada, Club, que são imprescritíveis e compensáveis com lucros tributáveis futuros. No período corrente, a Club compensou, na proporção de 30% do lucro tributável, os montantes de R\$22.789 de base negativa de contribuição social e R\$22.789 de prejuízo fiscal.

Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros das controladas, aprovadas pelos órgãos da Administração, a estimativa de recuperação do saldo ativo líquido consolidados de IRPJ e CSLL diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de CSLL encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ano:		
2011	-	7.046
2012	23.207	5.544
2013	3.588	5.544
2014	<u>3.588</u>	<u>5.544</u>
	<u>30.383</u>	<u>23.678</u>

Ano:	Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2011	-	16.233
2012	48.360	13.588
2013	9.494	13.588
2014	9.494	13.588
2015	4.080	4.080
2016 a 2018	<u>11.900</u>	<u>11.900</u>
	<u>83.328</u>	<u>72.977</u>

O montante de R\$28.220, em 31 de dezembro de 2011 (R\$32.300 em 2010), referente a receitas diferidas a apropriar, decorrentes do contrato de associação firmado entre as controladas Marisa Lojas e Credi-21 (incorporada pela Club) com o Banco Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A., será realizado até o exercício de 2018.

As projeções de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho da economia brasileira e internacional, à seleção de taxas de câmbio, ao volume de vendas, aos preços de vendas e às alíquotas de tributos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e aos valores reais.

Estima-se que o saldo referente aos tributos diferidos decorrentes das diferenças temporárias, exceto pela receita diferida mencionada, será realizado até o exercício de 2014; contudo, não é possível estimar com razoável precisão os anos em que essas diferenças temporárias serão realizadas, pois grande parte delas está sujeita a decisões judiciais que independem da Companhia e de suas controladas, tampouco pode ser previsto quando haverá a decisão em última instância.

b) Conciliação da alíquota efetiva de IRPJ e CSLL

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	164.920	226.511	224.927	265.692
Alíquota vigente	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa do IRPJ e da CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(56.073)	(77.014)	(76.475)	(90.335)
i) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Equivalência patrimonial	60.278	45.816	-	-
Juros sobre capital próprio	4.197	14.364	4.197	14.364
Perda com investimento em controladas	-	-	-	(370)
Efeitos da diferença de alíquota da CSLL da financeira Sax	-	-	(1.160)	(468)
Outras adições permanentes	(1.697)	(1.238)	(1.885)	(1.570)
Lucro, exceto resultado financeiro, das controladas cuja tributação é feita com base no lucro presumido:				
Reversão do efeito da tributação - lucro	-	-	28.405	34.592

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
real				
Tributação pelo regime do lucro presumido, utilizando-se a receita bruta de vendas como base para cálculo	-	-	(15.273)	(13.360)
ii) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais de períodos anteriores, para os quais não foram registrados os impostos diferidos em virtude de haver, no período, firmes evidências sobre a sua realização- Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL (*)	-	232	8.889	232
iii) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias referente à reversão de provisões	<u>5.868</u> <u>12.573</u>	<u>-</u> <u>(17.840)</u>	<u>5.868</u> <u>(47.434)</u>	<u>(102)</u> <u>(57.017)</u>
Imposto de renda e contribuição social, efetivos:				
Correntes	5.868	(21.914)	(57.796)	(52.902)
Diferidos	<u>6.705</u> <u>12.573</u>	<u>4.074</u> <u>(17.840)</u>	<u>10.362</u> <u>(47.434)</u>	<u>(4.115)</u> <u>(57.017)</u>

De acordo com a legislação fiscal vigente, os registros contábeis e fiscais do IRPJ e da CSLL dos últimos cinco exercícios encontram-se abertos para uma eventual fiscalização por parte das autoridades fiscais. Outros impostos e contribuições sociais permanecem sujeitos à revisão e aprovação pelos órgãos competentes por períodos variáveis de tempo.

(*) Refere-se ao prejuízo fiscal da Club, conforme nota explicativa n.º 6.

14. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação e estão sendo apresentados nesta nota na divulgação da Controladora (BR GAAP). Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas estão apresentados a seguir:

14.1 - Saldos e transações

	Controladora	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativo circulante:		
Club Administradora de Cartões de Crédito S.A. (g)	<u>1.915</u> <u>1.915</u>	<u>3.451</u> <u>3.451</u>
Ativo não circulante:		
Begoldi Comércio, Participação e Administração Ltda. (a)	106	106

Passivo circulante:

Aluguéis a pagar: (b)

Nix Administração e Participação Ltda.	1.425	1.442
Mareasa Participações Ltda.	567	519
Novay Participações Ltda.	1.681	1.703
Actio Participações Ltda.	974	957
Pense Participações Ltda.	<u>123</u>	<u>110</u>
	<u>4.770</u>	<u>4.731</u>

Juros sobre o capital próprio e dividendos: (c)

Pessoas físicas – controladores	23.691	10.363
Não controladores	<u>7.885</u>	<u>3.260</u>
	<u>31.576</u>	<u>13.623</u>

Resultado:

Aluguéis de imóveis do Grupo: (b)

Nix Administração e Participação Ltda.	8.866	8.516
Mareasa Participações Ltda.	3.514	3.319
Novay Participações Ltda.	10.704	10.261
Actio Participações Ltda.	6.128	6.276
Pense Participações Ltda.	<u>764</u>	<u>660</u>
	<u>29.976</u>	<u>29.032</u>

- (a) Refere-se às transações de mútuo ou pagamento de tributos e despesas administrativas para a Begoldi, sobre as quais não incidem juros. Os saldos estão classificados no ativo não circulante por não possuírem prazo determinado de vencimento indeterminado.
- (b) Referem-se a valores de aluguéis devidos pela Companhia às empresas ligadas, cuja atividade operacional é a administração de bens móveis e imóveis próprios, conforme demonstrado na nota explicativa nº 35.
- (c) Conforme demonstrado na nota explicativa nº 25.e), em 31 de dezembro de 2011 foram propostos dividendos e juros sobre o capital próprio, líquidos no montante de R\$31.573, dos quais R\$7.885 se destinam a acionistas não controladores (em 31 de dezembro de 2010 o montante proposto foi de R\$13.623 dos quais R\$3.260 se destinaram a acionistas não controladores).
- (d) Refere-se a comissão paga por administração do Cartão Marisa e repasse de valores por pagamento de clientes nas lojas.
- (e) Refere-se ao serviço de encabidamento e armazenagem.
- (f) Refere-se a transações de compra de mercadorias.
- (g) Refere-se a valores a receber por reembolso de despesas ocorridas nas lojas referentes ao Cartão Marisa.
- (h) Refere-se a pagamento antecipado de despesas com armazenagem e logística de mercadorias.

14.2 - Remuneração da Administração da Companhia

A remuneração dos diretores e membros da Administração é como segue:

<u>Remuneração</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Salários do Conselho de Administração e Fiscal	552	622
Salários da diretoria	2.950	3.253
Benefícios de curto prazo	129	84
Plano de opções de ações e incentivo de longo prazo	<u>1.563</u>	<u>393</u>
	<u>5.194</u>	<u>4.352</u>

A despesa com remuneração da Administração está contabilizada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”, na demonstração do resultado.

A Companhia não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

De acordo com a legislação societária do Brasil e com o Estatuto Social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas fixar, em Assembleia Geral, o montante global da remuneração anual dos administradores.

Em Assembleia Geral Ordinária - AGO realizada em 19 de abril de 2011, foi fixado o limite de remuneração global dos administradores em até R\$7.500 para o exercício social de 2011 (R\$6.700 em 31 de dezembro de 2010).

15. INVESTIMENTOS

Os principais detalhes das controladas, em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, são como segue:

<u>Controladora - 31/12/2011</u>							
	<u>Participação - %</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucro líquido</u>	<u>Total do investimento</u>	<u>Resultado da equivalência</u>
Club	100,00	762.804	338.413	424.391	133.483	424.391	133.483
Max	99,99	23.382	-	23.382	11.534	23.382	8.063
Due Mille	99,99	61.588	45.918	15.670	(134)	15.670	(618)
Estilo	99,99	47.085	13.127	33.958	33.457	33.950	33.450
Stúdio	99,99	493	3	490	(9)	490	(10)
Siará	99,99	2.021	264	1.757	1.711	1.757	1.722
Registrada	99,99	58	-	58	(42)	58	(42)
Visual	99,99	36	1	35	(15)	35	(15)
Albatroz	99,99	1.814	768	1.046	957	1.046	1.035
Fashion	99,99	5	67	(62)	(111)	-	(49)
						<u>500.779</u>	<u>177.019</u>

<u>Controladora - 31/12/2010</u>							
	<u>Participação - %</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Lucro líquido (prejuízo)</u>	<u>Total do investimento</u>	<u>Resultado da equivalência</u>
Marisa	100,00	443.955	10.055	443.900	134.805	443.900	134.805
Due Mille (*)	0,09	19.088	3.326	15.762	4.399	15	1

Siará	99,99	56	9	47	(3)	35	(15)
Albatroz	99,99	266	178	88	38	<u>10</u>	<u>(39)</u>
						<u>443.960</u>	<u>134.752</u>

(*) A controlada Club detém 99,01% de participação direta na Due Mille e a Companhia 0,09%.

As alterações registradas nas contas de investimentos durante os exercícios de 2011 e de 2010 são como segue:

	Controladora	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldo no início do exercício	443.960	397.831
Aquisição de investimentos	1.200	102
Participação no resultado das controladas	177.019	134.752
Dividendos recebidos	(121.403)	(88.735)
Ganho nos investimentos	<u>3</u>	<u>10</u>
Saldo no fim do exercício	<u>500.779</u>	<u>443.960</u>

16. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação - %	Controladora - 31/12/2011		
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Líquido</u>
Instalações	10	175.841	(49.625)	126.216
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	502.891	(317.566)	185.325
Equipamentos de informática	20	76.930	(47.190)	29.740
Móveis e utensílios	10	110.322	(30.687)	79.635
Veículos	20	1.788	(481)	1.307
Obras em andamento	-	15.715	-	15.715
Outros imobilizados	10	<u>3.427</u>	<u>(848)</u>	<u>2.579</u>
		<u>886.914</u>	<u>(446.397)</u>	<u>440.517</u>

	Taxa média anual de depreciação - %	Controladora - 31/12/2010		
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Líquido</u>
Instalações	10	115.067	(34.630)	80.437
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	383.976	(254.276)	129.700
Equipamentos de informática	20	60.443	(37.974)	22.469
Móveis e utensílios	10	74.384	(20.635)	53.749
Veículos	20	1.071	(369)	702
Obras em andamento	-	38.698	-	38.698
Outros imobilizados	10	<u>3.002</u>	<u>(842)</u>	<u>2.160</u>
		<u>676.641</u>	<u>(348.726)</u>	<u>327.915</u>

Taxa média anual de	<u>Consolidado - 31/12/2011</u>
------------------------	---------------------------------

	<u>depreciação - %</u>	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Líquido</u>
Instalações	10	176.060	(49.668)	126.392
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	503.618	(317.911)	185.707
Equipamentos de informática	20	79.755	(48.944)	30.811
Móveis e utensílios	10	111.541	(31.094)	80.447
Veículos	20	1.927	(525)	1.402
Obras em andamento	-	15.715	-	15.715
Outros imobilizados	10	<u>30.080</u>	<u>(5.243)</u>	<u>24.837</u>
		<u>918.696</u>	<u>(453.385)</u>	<u>465.311</u>

	<u>Taxa média anual de depreciação - %</u>	<u>Consolidado - 31/12/2010</u>		
		<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Líquido</u>
Instalações	10	115.247	(34.653)	80.594
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20	384.410	(254.552)	129.858
Equipamentos de informática	20	63.116	(39.369)	23.747
Móveis e utensílios	10	75.532	(20.924)	54.608
Veículos	20	1.210	(384)	826
Obras em andamento	-	38.698	-	38.698
Outros imobilizados	10	<u>22.126</u>	<u>(3.009)</u>	<u>19.117</u>
		<u>700.339</u>	<u>(352.891)</u>	<u>347.448</u>

As alterações registradas na rubrica “Imobilizado”, durante os exercícios, foram as seguintes:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldo no início do exercício	327.915	227.628
Adições	212.505	186.425
Baixas	(267)	(493)
Depreciação (*)	<u>(99.636)</u>	<u>(85.645)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>440.517</u>	<u>327.915</u>

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldo no início do exercício	347.448	240.424
Adições	221.186	195.431
Baixas	(683)	(868)
Depreciação (*)	<u>(102.640)</u>	<u>(87.539)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>465.311</u>	<u>347.448</u>

(*) Movimentação de depreciação não inclui créditos tributários de Pis e Cofins.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos (“impairment”)

De acordo com o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, todos os itens do ativo imobilizado e intangível, que apresentam indicadores que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, foram revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A menor unidade geradora de caixa determinada pela Companhia para avaliar a recuperação dos ativos tangíveis e intangíveis corresponde a cada uma de suas lojas. Foram estabelecidos indicadores de desempenho operacional e financeiro e, para as lojas que apresentam indicadores negativos, a Administração efetuou análise detalhada do valor recuperável para cada ativo pelo método do fluxo de caixa futuro individual (por loja) descontado a valor presente e comparado ao valor dos ativos.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de redução do imobilizado e intangível ao seu valor de recuperação.

17. INTANGÍVEL

	Taxa média anual de amortização - %	Controladora - 31/12/2011		
		<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>Líquido</u>
Software	20	48.548	(23.447)	25.101
Fundo de comércio (*)	10 a 20	60.619	(13.701)	46.918
Direitos de uso de infraestrutura (*)	20	30.407	(7.680)	22.727
Outros intangíveis	33	<u>62</u>	<u>-</u>	<u>62</u>
		<u>139.636</u>	<u>(44.828)</u>	<u>94.808</u>

	Taxa média anual de amortização - %	Controladora - 31/12/2010		
		<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>Líquido</u>
Software	20	37.277	(16.145)	21.132
Fundo de comércio (*)	10 a 20	46.434	(6.771)	39.663
Direitos de uso de infraestrutura (*)	20	25.012	(4.743)	20.269
Outros intangíveis	33	<u>200</u>	<u>(58)</u>	<u>142</u>
		<u>108.923</u>	<u>(27.717)</u>	<u>81.206</u>

	Taxa média anual de amortização - %	Consolidado - 31/12/2011		
		<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>Líquido</u>
Software	20	52.792	(25.742)	27.050
Fundo de comércio (*)	10 a 20	60.619	(13.701)	46.918
Direitos de uso de infraestrutura (*)	20	35.754	(11.577)	24.177
Outros intangíveis	33	<u>67</u>	<u>-</u>	<u>67</u>
		<u>149.232</u>	<u>(51.020)</u>	<u>98.212</u>

	Taxa média anual de amortização - %	Consolidado - 31/12/2010		
		<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>Líquido</u>

Software	20	39.798	(17.781)	22.017
Fundo de comércio (*)	10 a 20	46.434	(6.771)	39.663
Direitos de uso de infraestrutura (*)	20	25.012	(4.743)	20.269
Outros intangíveis	33	<u>4.575</u>	<u>(1.500)</u>	<u>3.075</u>
		<u>115.819</u>	<u>(30.795)</u>	<u>85.024</u>

(*) Fundo de comércio adquirido pelas lojas localizadas em ruas enquanto que os direitos de uso de infraestrutura são adquiridos pelas lojas localizadas em shoppings.

Todos os ativos intangíveis da Companhia e de suas controladas são gerados por fatores externos (adquiridos de terceiros) e não há nenhum ativo intangível gerado internamente.

As alterações registradas na rubrica “Intangível”, durante os exercícios, foram as seguintes:

	Controladora	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldo no início do exercício	81.206	48.950
Adições	31.061	46.588
Baixas	(642)	(290)
Amortização	<u>(16.817)</u>	<u>(14.042)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>94.808</u>	<u>81.206</u>

	Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldo no início do exercício	85.024	52.557
Adições	33.853	48.575
Baixas	(734)	(291)
Amortização	<u>(19.931)</u>	<u>(15.817)</u>
Saldo no fim do /exercício	<u>98.212</u>	<u>85.024</u>

18. FORNECEDORES

	Controladora	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Mercadoria para revenda nacional	131.572	157.239
Mercadoria para revenda proveniente do exterior	15.325	16.158
Serviços	21.383	21.123
Suprimentos	3.992	9.911
Outros	1.158	1.123
Ajuste a valor presente	<u>(3.043)</u>	<u>(2.469)</u>
	<u>170.387</u>	<u>203.085</u>

	Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>

Mercadoria para revenda nacional	137.315	157.359
Mercadoria para revenda proveniente do exterior	15.325	16.158
Serviços	23.443	24.013
Suprimentos	4.245	11.683
Outros	1.158	1.124
Ajuste a valor presente	<u>(3.043)</u>	<u>(2.469)</u>
	<u>178.443</u>	<u>207.868</u>

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora			
	31/12/2011	31/12/2010	Taxa efetiva	Vencimento
Passivo circulante:				
Banco Bradesco S.A. - Resolução nº 4.131 (*)	187.844	373.189	Juros de 100,9% do CDI (a)	Janeiro de 2012
Credit Suisse (Brasil) S.A.CCB	-	21.713	Juros de 114% do CDI	-
Financiamentos – BNDES	43.316	64.565	Juros de 2,3%a.a. a 2,8%a.a + TJLP (b)	De janeiro de 2012 a dezembro de 2012
Banco Itaú BBA S.A. – FINAME	3.529	24	Juros de 4,5%a.a. a 8,7% a.a.	De janeiro de 2012 a dezembro de 2012
Banco Alfa S.A. FINAME	331	227	Juros de 4,5%a.a. a 5,5% a.a.	De janeiro de 2012 a dezembro de 2012
Banco Alfa S.A. - arrendamento mercantil	712	1.611	Juros de 1,35%a.a. a 3,7% a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2012 a dezembro de 2012
SG Equipment Finance S.A.	473	-	Juros de 2,1%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2012 a dezembro de 2012
Banco Bradesco S.A. - arrendamento mercantil	264	-	Juros de 2,3%a.a. a 2,5%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2012 a dezembro de 2012
Banco CIT Brasil S.A. - arrendamento mercantil	389	-	Juros de 2,27%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2012 a dezembro de 2012
Banco IBM S.A.- arrendamento mercantil	316	-	Juros de 2,1%a.a. a 2,32%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2012 a dezembro de 2012
Banco Safra S.A. - arrendamento mercantil	-	500	Juros de 1,5%a.a. a 3,7% a.a. + CDI (a)	-
Banco Mercedes S.A. - arrendamento mercantil	-	32	Juros de 1,3%a.a. a 2,0% a.a. + CDI (a) Juros de 112,90 a 113,45% do CDI (a)	-
Debêntures	<u>1.284</u>	<u>-</u>		Junho de 2012
	<u>238.458</u>	<u>461.861</u>		
Passivo não circulante:				
Financiamentos BNDES	15.870	57.860	Juros de 2,3%a.a. a 2,8%a.a + TJLP (b)	De janeiro de 2013 a agosto de 2013
Banco Itaú BBA S.A. – FINAME	14.232	9.208	Juros de 4,5%a.a. a 8,7% a.a.	De janeiro de 2013 a outubro de 2021
Banco Alfa S.A. FINAME	934	644	Juros de 4,5%a.a. a 5,5% a.a.	De janeiro de 2013 a janeiro de 2019
Banco Alfa S.A. - arrendamento mercantil	850	175	Juros de 1,35%a.a. a 3,7% a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2013 a outubro de 2014
SG Equipment Finance S.A.	687	-	Juros de 2,1%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2013 a junho de 2014
Banco Bradesco S.A. -	377	-	Juros de 2,3%a.a. a	De janeiro de 2013 a

arrendamento mercantil			2,5%a.a. + CDI (a)	agosto de 2014
Banco CIT Brasil S.A. - arrendamento mercantil	444	-	Juros de 2,27%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2013 a fevereiro de 2014
Banco IBM S.A. - arrendamento mercantil	490	-	Juros de 2,1%a.a. a 2,32%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2013 a novembro de 2014
			Juros de 112,90 a 113,45% do CDI (a)	De junho de 2013 a dezembro de 2016
Debêntures	<u>647.139</u>	<u>-</u>		
	<u>681.023</u>	<u>67.887</u>		

	Consolidado		Encargos	Vencimento
	31/12/2011	31/12/2010		
Passivo circulante:				
Banco Bradesco S.A. - Resolução nº 4.131 (*)	187.844	373.189	Juros de 100,9% do CDI (a)	Janeiro de 2012
Banco Safra S.A. - Resolução nº 2.770 (*)	31.467	33.160	Juros de 1,3%a.a. + CDI (a)	Fevereiro de 2012
Credit Suisse (Brasil) S.A. – CCB	-	21.713	Juros de 114% do CDI	-
Banco Safra S.A. mútuo	8.966	8.025	Juros de 1,3%a.a. + CDI (a)	Fevereiro de 2012
Banco Safra S.A. DI	-	4.123	-	-
Banco Bradesco S.A. DI	18.480	2.556	Juros de 105,3% a 111% do CDI (a)	De janeiro a março de 2012
Financiamentos - BNDES	43.316	64.565	Juros de 2,3%a.a. a 2,8%a.a. + TJLP (b)	De janeiro de 2012 a dezembro de 2012
Banco Itaú BBA S.A. FINAME	3.572	59	Juros de 4,5%a.a. a 8,7% a.a.	De janeiro de 2012 a dezembro de 2012
Banco Alfa S.A. - FINAME	331	227	Juros de 4,5%a.a. a 5,5% a.a.	De janeiro de 2012 a dezembro de 2012
Banco Alfa S.A. - arrendamento mercantil	753	1.653	Juros de 1,35%a.a. a 3,7% a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2012 a dezembro de 2012
SG Equipment Finance S.A.	473	-	Juros de 2,1%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2012 a dezembro de 2012
Banco Bradesco S.A. - arrendamento mercantil	264	-	Juros de 2,3%a.a. a 2,5%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2012 a dezembro de 2012
Banco CIT Brasil S.A. - arrendamento mercantil	389	-	Juros de 2,27%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2012 a dezembro de 2012
Banco IBM S.A. - arrendamento mercantil	316	-	Juros de 2,1%a.a. a 2,32%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2012 a dezembro de 2012
Banco Safra S.A. - arrendamento mercantil	-	500	Juros de 1,5%a.a. a 3,7% a.a. + CDI (a)	-
Banco Mercedes S.A. - arrendamento mercantil	-	32	Juros de 1,3%a.a. a 2,0% a.a. + CDI (a)	-
			Juros de 112,90 a 113,45% do CDI (a)	
Debêntures	<u>1.284</u>	<u>-</u>		Junho de 2012
	<u>297.455</u>	<u>509.802</u>		
Passivo não circulante:				
Financiamentos - BNDES	15.870	57.860	Juros de 2,3%a.a. a 2,8%a.a. + TJLP (b)	De janeiro de 2013 a agosto de 2013
Banco Itaú BBA S.A. FINAME	14.354	9.311	Juros de 4,5%a.a. a 8,7% a.a.	De janeiro de 2013 a outubro de 2021
FIDC-NP Itapeva III (c)	5.850	-	-	-
Banco Alfa S.A. FINAME	934	644	Juros de 4,5%a.a. a 5,5% a.a.	De janeiro de 2013 a janeiro de 2019

Banco Alfa S.A. - arrendamento mercantil	872	232	Juros de 1,35%a.a. a 3,7% a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2013 a outubro de 2014
SG Equipment Finance S.A.	687		Juros de 2,1%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2013 a junho de 2014
Banco Bradesco S.A. - arrendamento mercantil	377	-	Juros de 2,3%a.a. a 2,5%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2013 a agosto de 2014
Banco CIT Brasil S.A. - arrendamento mercantil	444	-	Juros de 2,27%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2013 a fevereiro de 2014
Banco IBM S.A. - arrendamento mercantil	490	-	Juros de 2,1%a.a. a 2,32%a.a. + CDI (a)	De janeiro de 2013 a novembro de 2014
			Juros de 112,90 a 113,45% do CDI (a)	De junho de 2013 a dezembro de 2016
Debêntures	<u>647.139</u>	-		
	<u>687.017</u>	<u>68.047</u>		

(a) CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

(b) TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

(c) Este montante será liquidado por ocasião do encerramento do FIDC-NP Itapeva III.

	Taxa do exercício - %	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
TJLP	6,00	6,00
CDI	11,60	9,75

(*) Na mesma data da captação desses recursos, as controladas Marisa Lojas e Club contrataram operações de “swap” com a mesma instituição financeira, substituindo a exposição cambial por taxas pós-fixadas indexadas a um percentual do CDI.

As parcelas do passivo não circulante dos empréstimos e financiamentos vencem como segue:

	Controladora	
<u>Ano</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2012	-	44.793
2013	23.393	19.629
2014	5.722	2.958
2015	993	507
Após 2016	<u>650.915</u>	-
	<u>681.023</u>	<u>67.887</u>

	Consolidado	
<u>Ano</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2012	-	44.888
2013	23.463	19.661
2014	5.771	2.989
2015	1.005	509
Após 2016	<u>656.778</u>	-
	<u>687.017</u>	<u>68.047</u>

Cláusulas contratuais restritivas (“covenants”)

A Companhia possui empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”), conforme consta nos contratos de empréstimos e financiamentos com bancos (ver detalhes dos “covenants” a seguir). Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as cláusulas restritivas encontram-se adimplentes.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Devem ser fornecidas informações periódicas, tais como: (a) demonstrações financeiras anuais auditadas; (b) manutenção do quadro de funcionários; e (c) alvará de funcionamento das lojas.

Banco Credit Suisse S.A. (“Trustee”)

A Companhia possuía empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas (“covenants”), na operação mantida com o Credit Suisse Trustee – CCB, e em 1º de agosto de 2011 liquidou a última parcela no montante de R\$7.254.

Garantias de empréstimos e financiamentos

<u>Instituição financeira</u>	<u>Tipo de garantia</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Banco Bradesco S.A., Banco Safra S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco do Brasil S.A. e HSBC Bank Brasil S.A.	Fianças bancárias	<u>109.814</u>	<u>166.501</u>

Debêntures

No exercício de 2011 a Companhia captou o montante de R\$650.320 originários da emissão de debêntures simples, sendo a 1ª emissão em 21 de junho de 2011 no montante de R\$300.000 e a 2ª emissão em 20 de dezembro de 2011 no montante de R\$350.320, ambas não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em série única, aprovada em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 7 de junho e 9 de dezembro de 2011, respectivamente, conforme demonstrado abaixo:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Principal	650.320	-
Custos de transação a apropriar	(3.819)	-
Juros a pagar	<u>1.922</u>	<u>-</u>
	<u>648.423</u>	<u>-</u>
Passivo circulante	1.284	-

Passivo não circulante	647.139	-
	<u>648.423</u>	<u>-</u>

Características:

	Data de emissão	Tipo de emissão	Títulos em circulação	Valor na data de emissão	Encargos Financeiros
1ª emissão	21/06/2011	Restrita	300	1.000	111,95% do CDI

- Valor nominal: as debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000;
- Garantia: as debêntures não possuem garantias;
- Prazo e data de vencimento: as debêntures possuem prazo de vigência de 7 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 21 de junho de 2018;
- Preço de subscrição e forma de integralização: as debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, integralizados em moeda nacional, à vista, no ato da subscrição;
- Amortização: no vencimento em 21 de junho de 2018;
- Remuneração: o valor nominal unitário das debêntures não é atualizado, sendo que estas rendem juros correspondentes à variação acumulada de 111,95% (taxa efetiva 113,45%) das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, denominada “Taxa DI over extra grupo”, base duzentos e cinquenta e dois dias úteis, divulgada pela CETIP. A remuneração é calculada de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário não amortizado desde a data da primeira integralização, até a data do seu efetivo pagamento. Os juros são amortizados semestralmente, sendo o primeiro pagamento em 21 de dezembro de 2011.

	Data de emissão	Tipo de emissão	Títulos em circulação	Valor na data de emissão	Encargos Financeiros
2ª emissão	20/12/2011	Restrita	350	1.000	111,20% do CDI

- Valor nominal: as debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000;
- Garantia: as debêntures não possuem garantias;
- Prazo e data de vencimento: as debêntures possuem prazo de vigência de 5 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 20 de dezembro de 2016;
- Preço de subscrição e forma de integralização: as debêntures foram subscritas pelo valor nominal unitário, integralizados em moeda nacional, à vista, no ato da subscrição;
- Amortização: em duas parcelas anuais, sendo a primeira em 20 de dezembro de 2015 e a segunda em 20 de dezembro de 2016;
- Remuneração: o valor nominal unitário das debêntures não é atualizado, sendo que estas rendem juros correspondentes à variação acumulada de 111,20% (taxa efetiva 112,90%) das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, denominada “Taxa DI over extra grupo”, base duzentos e cinquenta e dois dias úteis,

divulgada pela CETIP. A remuneração é calculada de forma exponencial e cumulativa, pro rata temporis por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário não amortizado desde a data da primeira integralização, até a data do seu efetivo pagamento. Os juros são amortizados semestralmente, sendo o primeiro pagamento em 20 de junho de 2012.

Em relação às cláusulas de “covenants” financeiros o contrato exige da Companhia, a não manutenção da razão entre Dívida Líquida e EBITDA em patamar inferior a 3,5 vezes ao ano, considerando-se como dívida líquida a somatória das rubricas de empréstimos, financiamentos e debêntures do passivo circulante e não-circulante, acrescida da rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não-circulante, excluídas as rubricas: caixa, bancos, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários e operações com derivativos do ativo circulante e não-circulante; considera-se EBITDA como o lucro operacional antes dos juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia encontra-se adimplente com todas as cláusulas de “covenants”.

Os custos de transação relacionados com emissão das debêntures totalizaram R\$4.014, sendo apropriados no resultado pelo prazo de vencimento das debêntures, cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$3.819 e será amortizado conforme abaixo demonstrado:

Ano

2012	682
2013	682
2014	682
2015	682
2016 a 2018	<u>1.091</u>
	<u>3.819</u>

20. SALÁRIOS, PROVISÕES E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Férias	22.736	19.043
Salários a pagar	6.184	5.885
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	1.649	1.450
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recolher	5.111	4.534
Participação nos lucros	-	7.999
Outros	<u>2.257</u>	<u>1.856</u>
	<u>37.937</u>	<u>40.767</u>

	Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Férias	24.556	20.362

Salários a pagar	6.674	6.266
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	1.794	1.538
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recolher	5.539	4.795
Participação nos lucros	-	8.838
Outros	<u>2.419</u>	<u>1.985</u>
	<u>40.982</u>	<u>43.784</u>

21. TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
ICMS	62.200	61.080
IRPJ	-	26.016
CSLL	243	7.887
COFINS	18.192	25.946
PIS	4.385	5.633
Outros	<u>2.351</u>	<u>2.131</u>
	<u>87.371</u>	<u>128.693</u>

	Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
ICMS	62.171	61.098
IRPJ	12.440	34.497
CSLL	4.747	10.838
COFINS	18.943	26.945
PIS	4.535	5.845
Outros	<u>2.794</u>	<u>2.580</u>
	<u>105.630</u>	<u>141.803</u>

22. RECEITA DIFERIDA

Em conexão com a criação do cartão de crédito Itaú/Marisa (“co-branded”) ocorrida em 2008, a Companhia recebeu do Itaú Unibanco a quantia de R\$120.000 decorrentes da exclusividade e do uso da base de dados de clientes da Companhia.

O reconhecimento da receita diferida é apropriado ao resultado pela fruição de prazo do respectivo contrato, estipulado em dez anos. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da receita diferida é de R\$83.000, sendo R\$12.000 no passivo circulante e R\$71.000 no passivo não circulante (R\$95.000, sendo R\$12.000 no passivo circulante e R\$83.000 no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2010).

A Companhia e o Itaú Unibanco dividirão, ainda, na proporção de 50% para cada um, os resultados decorrentes da referida oferta, distribuição e comercialização dos cartões de crédito, sendo o pagamento do resultado efetuado trimestralmente. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia reconheceu o montante de R\$30.358 (R\$8.314 em 31 de dezembro de 2010)

referente sua participação no resultado da transação, restando o valor a receber de R\$9.333 registrados pela Companhia na rubrica “Outros créditos”.

23. PROVISÃO PARA LITÍGIOS E DEMANDAS JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível e em processos administrativos, em sua maioria de natureza cível. A Administração acredita, apoiada na opinião e nas estimativas de seus advogados e consultores legais, que a provisão para litígios e demandas judiciais é suficiente para cobrir as perdas prováveis. Os saldos das provisões para litígios e demandas judiciais são os seguintes:

	Controladora				31/12/2011
	31/12/2010	Adições	Baixas	Atualizações	
Tributárias:					
FGTS (a)	6.657	837	-	444	7.938
Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR	1.671	-	(1.671)	-	-
PIS e COFINS sobre fretes (e)	7.607	-	(8.200)	593	-
ICMS	291	2.376	(1.127)	-	1.540
FAP/RAT	1.953	398	-	-	2.351
Outros riscos tributários	<u>4.719</u>	<u>106</u>	<u>(4.719)</u>	<u>-</u>	<u>106</u>
	22.898	3.717	(15.717)	1.037	11.935
Trabalhistas (c)	15.343	9.869	(7.293)	-	17.919
Cíveis (d)	<u>1.856</u>	<u>1.674</u>	<u>(1.559)</u>	<u>-</u>	<u>1.971</u>
	<u>40.097</u>	<u>15.260</u>	<u>(24.569)</u>	<u>1.037</u>	<u>31.825</u>

	Consolidado				31/12/2011
	31/12/2010	Adições	Baixas	Atualizações	
Tributárias:					
FGTS (a)	6.657	837	-	444	7.938
Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR	1.671	-	(1.671)	-	-
CSLL (b)	3.632	1.328	-	386	5.346
PIS e COFINS sobre fretes (e)	7.607	-	(8.200)	593	-
ICMS	291	2.376	(1.128)	-	1.539
FAP/RAT	2.100	412	-	-	2.512
Outros riscos tributários	<u>4.719</u>	<u>106</u>	<u>(4.719)</u>	<u>-</u>	<u>106</u>
	26.677	5.059	(15.718)	1.423	17.441
Trabalhistas (c)	15.602	9.988	(7.329)	-	18.261
Cíveis (d)	<u>18.846</u>	<u>11.297</u>	<u>(13.475)</u>	<u>980</u>	<u>17.648</u>
	<u>61.125</u>	<u>26.344</u>	<u>(36.522)</u>	<u>2.403</u>	<u>53.350</u>

- (a) A Companhia impetrou ação judicial contra a União Federal requerendo a inconstitucionalidade da aplicação da Lei Complementar nº 110/01, a qual não respeitou o princípio da anterioridade para alteração da alíquota do FGTS. Tendo em vista a revogação parcial da tutela, em 19 de maio de 2004, a Companhia optou por continuar fazendo os depósitos judiciais das contribuições sociais e não o recolhimento das aludidas cobranças.
- (b) A propositura da ação judicial discute o aumento da base de cálculo da CSLL, quando calculada com base no lucro presumido. O questionamento dispõe sobre os valores apurados da diferença da base de cálculo, majorando de 12% para 32%. As controladas

Due Mille, TCM, TEF e Primos depositam mensalmente os valores. As ações tramitam na 17ª Vara da Justiça Federal e não há entendimento pacífico acerca da matéria; diante do exposto, a chance de perda é provável devido à tese desenvolvida.

- (c) A Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2011, são partes em 1.025 (788 em 2010) reclamações trabalhistas movidas por ex-funcionários e terceiros, cujos pedidos se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais salariais, horas extras e verbas devidas em razão da responsabilidade subsidiária.
- (d) A Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2011, são partes em 6.807 (7.721 em 2010) ações e procedimentos cíveis, no âmbito da justiça cível, do juizado especial cível e do Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor - PROCON, movidos por consumidores, sendo a maioria referente a pedidos de indenização.
- (e) A Companhia impetrou ação judicial, com o objetivo de dedução na apuração da base de cálculo do PIS e da COFINS não cumulativos do frete incidente sobre a operação de transferência de mercadorias das centrais de distribuição para as lojas. A Companhia decidiu pela baixa desta provisão diante do parecer favorável dos advogados, patronos da ação, que julgaram a mesma com possibilidade de perda possível.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas mantinham, ainda, em andamento outros processos, cuja materialização, na avaliação dos consultores legais, são classificados como perdas possíveis, no valor aproximado de R\$70.980 (R\$37.368 em 31 de dezembro de 2010), para os quais a Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores legais, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda. A Companhia não possui uma expectativa de quando esses processos serão encerrados. O aumento nos processos classificados como causa possível deve-se, principalmente, a um auto de infração ocorrido em dezembro de 2011 e ratificado em janeiro de 2012.

A Companhia e suas controladas estão contestando o pagamento de certos impostos, contribuições, obrigações trabalhistas e processos cíveis e efetuou depósitos para recursos de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais e depósitos em caução relacionados com os recursos sobre processos judiciais, no montante de R\$36.669, sendo R\$30.814 da Marisa Lojas (R\$39.817 em 31 de dezembro de 2010, sendo R\$27.995 da Marisa Lojas), os quais estão integralmente registrados no ativo não circulante.

24. PARCELAMENTO DE TRIBUTOS

	Controladora	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Parcelamento efetuado em maio de 2003	882	1.416
Parcelamento efetuado em setembro de 2006	-	2.545
Pedido de parcelamento efetuado em novembro de 2009 (REFIS)	<u>34.693</u>	<u>45.932</u>
	<u>35.575</u>	<u>49.893</u>
Passivo circulante	13.204	8.254
Passivo não circulante	<u>22.371</u>	<u>41.639</u>
	<u>35.575</u>	<u>49.893</u>
	<u>Consolidado</u>	

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Parcelamento efetuado em maio de 2003	882	1.416
Parcelamento efetuado em setembro de 2006	-	2.545
Pedido de parcelamento efetuado em novembro de 2009 (REFIS)	<u>35.212</u>	<u>48.026</u>
	<u>36.094</u>	<u>51.987</u>
Passivo circulante	13.723	8.552
Passivo não circulante	<u>22.371</u>	<u>43.435</u>
	<u>36.094</u>	<u>51.987</u>

Os detalhes desses parcelamentos são como segue:

- Em 30 de maio de 2003, foi emitida a Lei nº 10.684, que tratava, dentre outros assuntos, do Parcelamento Especial - PAES, destinado a promover o parcelamento de débitos perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil, a Procuradoria da Fazenda Nacional e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. A Companhia optou por incluir no referido parcelamento, em julho de 2003, alguns débitos cujas matérias eram objeto de discussão judicial. O referido parcelamento apresenta a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldo no início do exercício	1.416	1.906
Correção – TJLP	44	66
Amortização	<u>(578)</u>	<u>(556)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>882</u>	<u>1.416</u>
Passivo circulante	588	566
Passivo não circulante	<u>294</u>	<u>850</u>
	<u>882</u>	<u>1.416</u>

- Em 1º de setembro de 2006, a Companhia aderiu ao parcelamento do auto de infração relativo ao IRPJ, por suposta compensação indevida de prejuízos fiscais apurados nos períodos-base 1997 a 1999, bem como constituição de crédito tributário por suposta ausência de adição ao lucro líquido dos exercícios e do período anteriormente mencionados na determinação do lucro real, dos lucros auferidos no exterior, por controlada, e disponibilizados no Brasil. O referido parcelamento apresenta a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldo no início do exercício	2.545	5.551
Correção – TJLP	81	280
Amortização	<u>(2.626)</u>	<u>(3.286)</u>
Passivo circulante	<u>-</u>	<u>2.545</u>

- Em 30 de novembro de 2009, a Companhia e suas controladas indiretas Credi-21, TEF e Due Mille aderiram ao parcelamento de débitos com a Secretaria da Receita Federal do Brasil, previsto na Lei nº 11.941/09, referentes ao diferencial de 1% da alíquota da COFINS e tributos vencidos até 30 de novembro de 2008, os quais serão pagos em até 180 meses, e podem ser resumidos como segue:

	Controladora	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldo no início do exercício	45.932	43.703
Correção – TJLP	2.686	2.229
Amortização	(13.925)	-
Saldo no fim do exercício	<u>34.693</u>	<u>45.932</u>
Passivo circulante	12.616	5.143
Passivo não circulante	<u>22.077</u>	<u>40.789</u>
	<u>34.693</u>	<u>45.932</u>

	Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Saldo no início do exercício	48.026	45.688
Correção – TJLP	2.901	2.338
Amortização	(15.715)	-
Saldo no fim do exercício	<u>35.212</u>	<u>48.026</u>
Passivo circulante	13.135	5.441
Passivo não circulante	<u>22.077</u>	<u>42.585</u>
	<u>35.212</u>	<u>48.026</u>

Com base na referida Lei, a opção exercida pela Companhia e por suas controladas propiciou um desconto de 60% sobre a multa e 25% sobre os juros, no montante de R\$5.696, registrados na rubrica “reversão de provisão para litígios e demandas judiciais” no trimestre findo em 30 de junho de 2011 após consolidação dos débitos pela Receita Federal do Brasil ocorrida no mesmo período.

O pagamento das parcelas na data do vencimento é condição essencial para a manutenção dos parcelamentos mencionados.

Os parcelamentos do passivo não circulante vencem como segue:

	Controladora	
<u>Ano</u>	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2012	-	3.480
2013	12.909	3.197
2014	9.462	2.914
Acima de 2015	-	<u>32.048</u>
	<u>22.371</u>	<u>41.639</u>

<u>Ano</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2012	-	3.608
2013	12.909	3.325
2014	9.462	3.042
Acima de 2015	<u>-</u>	<u>33.460</u>
	<u>22.371</u>	<u>43.435</u>

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital social da Companhia, no montante de R\$651.106, estava representado por 184.551.230 ações ordinárias, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembléia Geral, distribuído conforme segue:

	<u>Valor</u>	<u>Total de ações</u>	<u>%</u>
Acionistas domiciliados no País - bloco de controle (pessoas físicas)	488.550	138.475.829	75,03
Mercado	<u>162.556</u>	<u>46.075.401</u>	<u>24,97</u>
	<u>651.106</u>	<u>184.551.230</u>	<u>100,00</u>

Em 5 de março de 2010, o capital social foi aumentado em R\$464 em decorrência do exercício de opção de ações previsto no Plano de Outorga de Opção de Compra e Subscrição de Ações.

b) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de 450.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal.

Dentro do limite autorizado, a Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária. O Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive o preço e o prazo de integralização.

Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição.

O Conselho de Administração da Companhia poderá outorgar a opção de compra ou subscrição de ações, de acordo com os Programas de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição aprovados em Assembleia Geral, a seus membros da Administração e aos empregados em posição de comando, bem como aos prestadores de serviço altamente qualificados da Companhia ou de suas controladas, diretas ou indiretas, sem direito de preferência para os acionistas quando da outorga ou do exercício das opções.

c) Reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2011, a reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos, no montante de R\$124.697 (R\$142.955 em 2010). A retenção referente ao exercício de 2011 está fundamentada em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

d) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$8.875 (R\$10.434 em 31 de dezembro de 2010), conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

e) Política de distribuição de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, com os seguintes ajustes: (i) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas; (ii) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências; e (iii) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Administração poderá propor, e a Assembleia Geral Extraordinária - AGE aprovar, a destinação do excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações).

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, foram destacados os montantes a título de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, divididos da seguinte forma:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro líquido do exercício	177.493	208.671
Constituição da reserva legal (5%) (i)	<u>(8.875)</u>	<u>(10.434)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>168.618</u>	<u>198.237</u>
Dividendos propostos (ii)	31.576	13.034
Juros sobre o capital próprio (iii)	12.345	42.247
IRRF incidente sobre os juros sobre o capital próprio	<u>(1.767)</u>	<u>(5.722)</u>
Total de dividendos e juros sobre o capital próprio	<u>42.154</u>	<u>49.559</u>
Percentual dos dividendos e juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo	25,00%	25,00%

(i) Conforme demonstrado na nota explicativa nº 25.d).

(ii) Em Assembleia Geral Ordinária - AGO, realizada em 19 de abril de 2011, foi aprovada a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia que detinham ações nessa mesma data, no montante de R\$13.034 referente aos dividendos propostos no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, pagos em 20 de abril de 2011.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 18 de julho de 2011, foi aprovada a distribuição de dividendos à conta de reserva de retenção de lucros no montante de R\$100.000, cujo pagamento foi efetuado em 09 de agosto de 2011.

Os dividendos propostos pela Administração da Companhia no montante de R\$31.576 referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 serão submetidos à

aprovação na AGO, em reunião a ser realizada no prazo legal.

- (iii) Em AGO, realizada em 19 de abril de 2011, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio no montante de R\$42.248, pagos em 13 de setembro, 22 e 29 de dezembro de 2010.

Os juros sobre o capital próprio propostos pela Administração da Companhia no montante de R\$12.345 referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 serão submetidos à aprovação na AGO, em reunião a ser realizada no prazo legal.

f) Plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações

Em 25 de abril de 2007, o Conselho de Administração da Companhia estabeleceu o plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações, através do Contrato de Opção de Outorga, indicando os membros da Administração e os empregados em posição de comando, bem como os prestadores de serviço altamente qualificados da Companhia ou de suas controladas, com o objetivo de alinhar os interesses e objetivos de tais pessoas com as estratégias e os resultados esperados pela Companhia. A opção poderá ser parcial ou totalmente exercida durante o prazo fixado no respectivo Contrato de Opção de Outorga, observando a vigência do plano.

Em 12 de agosto de 2008, foi celebrado o Contrato de Opção e Outorga para cada um dos sete executivos indicados, sendo o preço de exercício das opções equivalente a R\$9,00 para cada ação, corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA a partir dessa data até a data da efetiva subscrição. A única condição de aquisição ("vesting conditions") imposta pelo plano é de que os membros da Administração e os empregados em posição de comando, bem como os prestadores de serviços altamente qualificados da Companhia ou de suas controladas, prestem serviços para a Companhia pelo prazo de quatro anos.

A Companhia, por decisão do seu Conselho de Administração, observando limites impostos pela regulamentação aplicável à época, irá definir, a cada exercício, se as ações objeto do contrato de opção serão adquiridas mediante a emissão de novas ações dentro do limite do capital autorizado ou mediante compra e venda de ações mantidas em tesouraria que serão emitidas ou adquiridas em virtude do plano, observada a regulamentação em vigor.

- (i) O valor justo para os planos de opções de compra das ações foi calculado na data de outorga de cada plano e com base no modelo de precificação binomial. Os efeitos foram refletidos no resultado, na rubrica "Despesas operacionais", e no patrimônio líquido, na rubrica "Reserva de lucros", como segue:

<u>Ano da outorga</u>	<u>Período findo em 31/12/2011</u>	<u>Exercícios futuros</u>	<u>Total</u>
2008	<u>648</u>	=	<u>648</u>

O quadro a seguir apresenta a movimentação das outorgas de opções de compra de ações nos exercícios de 2011 e 2010:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Quantidade inicial de opções de compra de ações emitidas - mil	810	1.040
(-) Exercício das opções de compra de ações - mil (*)	-	(48)

(-) Cancelamento das opções de compra de ações - mil	=	(182)
(=) Quantidade final de opções de compra de ações - mil	<u>810</u>	<u>810</u>

Valor da ação para exercício da opção (corrigido pelo IPCA descontados os dividendos e Juros sobre o Capital Próprio) - R\$	9,38	10,05
Valor de mercado da ação - R\$	<u>17,10</u>	<u>25,16</u>

(*) Em virtude do exercício das opções, o capital social foi aumentado em R\$464 em 5 de março de 2010.

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	<u>Plano</u>
Data da outorga	12/08/2008
Término do prazo de exercício das opções	12/08/2013
“Dividend yield”	0,2855%
Volatilidade do preço da ação	3,33% ao dia
Taxa de juros livre de risco	12,55%
“Vesting period” (dias úteis) - período máximo (20% por ano para cada “vesting”)	1.157

Preço da ação para exercício da opção na data da outorga - R\$	<u>9,00</u>
--	-------------

Preço da ação para exercício da opção, corrigido pelo IPCA descontados os dividendos e Juros sobre o Capital Próprio até 31 de dezembro de 2011 - R\$	<u>9,38</u>
---	-------------

Valor justo na data da outorga - R\$	<u>0,77</u>
--------------------------------------	-------------

- (ii) Em 15 de agosto de 2011, o Conselho de Administração da Companhia estabeleceu o plano de outorga de opção de compra ou subscrição de ações, através do Contrato de Opção de Outorga, indicando os membros de sua Administração e empregados em posição de comando e prestadores de serviços altamente qualificados da Companhia ou de suas controladas, com o objetivo de estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia. A opção poderá ser parcial ou totalmente exercida durante o prazo fixado no respectivo Contrato de Opção de Outorga, observando a vigência do plano.

Em 17 de agosto de 2011, foi celebrado o Contrato de Opção e Outorga para os participantes, sendo o preço de exercício das opções equivalente a R\$14,84 para cada ação, corrigido monetariamente de acordo com a variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA a partir dessa data até a data da efetiva subscrição. A única condição de aquisição (“vesting conditions”) imposta pelo plano é de que os membros da Administração e os empregados em posição de comando, bem como os prestadores de serviços altamente qualificados da Companhia ou de suas controladas, prestem serviços para a Companhia pelo prazo de quatro anos.

A Companhia, por decisão do seu Conselho de Administração, observando limites

impostos pela regulamentação aplicável à época, irá definir, a cada exercício, se as ações objeto do contrato de opção serão adquiridas mediante a emissão de novas ações dentro do limite do capital autorizado ou mediante compra e venda de ações mantidas em tesouraria que serão emitidas ou adquiridas em virtude do plano, observada a regulamentação em vigor.

O valor justo para os planos de opções de compra das ações foi calculado na data de outorga de cada plano e com base no modelo de precificação binomial. Os efeitos foram refletidos no resultado, na rubrica “Despesas operacionais”, e no patrimônio líquido, na rubrica “Reserva de lucros”, como segue:

<u>Ano da outorga</u>	<u>Período findo em 31/12/11</u>	<u>Exercícios futuros</u>	<u>Total</u>
2011	<u>1.151</u>	<u>2.778</u>	<u>3.929</u>

Plano

Total de opções de compra de ações emitidas - mil	305
---	-----

Valor da ação para exercício da opção em 31 de dezembro de 2011

(corrigidos pelo

IPCA) - R\$

15,16

Valor de mercado da ação em 31 de dezembro de 2011 - R\$

17,10

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

Plano

Data da outorga	17/08/2011
Término do prazo de exercício das opções	17/08/2016
“Dividend yield”	0,0%
Volatilidade do preço da ação	2,77% ao dia
Taxa de juros livre de risco	11,65%
“Vesting period” (dias úteis) - período máximo (20% por ano para cada “vesting”)	1.258

Preço da ação para exercício da opção na data da outorga - R\$	<u>14,84</u>
--	--------------

Preço da ação para exercício da opção, corrigido pelo IPCA
descontados os dividendos e Juros sobre o Capital Próprio até 31 de
dezembro de 2011 - R\$

15,16

Valor justo na data da outorga - R\$

12,87

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receita operacional bruta:		
Vendas de mercadorias	2.945.044	2.502.772
Prestação de serviços	1.085	748
Impostos incidentes:		
Vendas de mercadorias	(720.598)	(613.928)
Prestação de serviços	(39)	(27)
Devoluções:		
Vendas de mercadorias	<u>(234.208)</u>	<u>(187.806)</u>
	<u>1.991.284</u>	<u>1.701.759</u>

	Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Receita operacional bruta:		
Vendas de mercadorias	2.943.868	2.502.772
Operações com cartão de crédito	328.143	264.275
Prestação de serviços	99.300	102.270
Operação com crédito pessoal	43.461	17.980
Impostos incidentes:		
Vendas de mercadorias	(720.590)	(613.932)
Prestação de serviços	(9.659)	(9.875)
Devoluções:		
Vendas de mercadorias	<u>(234.208)</u>	<u>(187.808)</u>
	<u>2.450.315</u>	<u>2.075.682</u>

27. CUSTOS DA REVENDA DE MERCADORIAS, DE OPERAÇÕES COM CARTÃO DE CRÉDITO, DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	Controladora	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Custo da revenda de mercadorias	<u>(1.012.119)</u>	<u>(807.553)</u>

	Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Custo da revenda de mercadorias	(958.259)	(807.546)
Custo de operações com cartão de crédito	(178.994)	(143.485)
Custo da prestação de serviços	(98.480)	(81.481)
Custo de operações com crédito pessoal	<u>(17.057)</u>	<u>(6.979)</u>
	<u>(1.252.790)</u>	<u>(1.039.491)</u>

28. DESPESAS COM VENDAS

	Controladora	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Despesas com pessoal e serviços	(373.018)	(291.509)
Utilidades públicas	(48.680)	(40.776)
Despesas de comunicação, distribuição e locação	(259.401)	(208.937)
Outras	<u>(44.424)</u>	<u>(34.382)</u>
	<u>(725.523)</u>	<u>(575.604)</u>

	Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Despesas com pessoal e serviços	(335.208)	(250.981)
Utilidades públicas	(48.723)	(40.787)
Despesas de comunicação, distribuição e locação	(261.502)	(209.168)
Outras	<u>(44.558)</u>	<u>(34.386)</u>
	<u>(689.991)</u>	<u>(535.322)</u>

29. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Despesas com pessoal e serviços	(104.476)	(90.484)
Utilidades públicas	(3.906)	(2.357)
Despesas locatícias	(2.520)	(3.089)
Despesas tributárias	(730)	(553)
Outras	<u>(13.258)</u>	<u>(13.566)</u>
	<u>(124.890)</u>	<u>(110.049)</u>

	Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Despesas com pessoal e serviços	(115.427)	(99.585)
Utilidades públicas	(5.129)	(2.818)
Despesas locatícias	(3.568)	(3.096)
Despesas tributárias	(2.940)	(1.507)
Outras	<u>(16.625)</u>	<u>(13.956)</u>
	<u>(143.689)</u>	<u>(120.962)</u>

30. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>

Créditos tributários	21.508	5.404
Despesas recuperadas	5.156	886
Reversão (constituição) de provisão para litígios e demandas judiciais	7.605	(189)
Outras	<u>3.396</u>	<u>3.353</u>
	<u>37.665</u>	<u>9.454</u>

	Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Créditos tributários	21.508	5.404
Despesas recuperadas	12.283	1.069
Reversão (constituição) de provisão para litígios e demandas judiciais	6.991	(3.945)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (a)	(19.214)	(2.458)
Perdas com investimentos	(4)	(1.372)
Outras	<u>7.205</u>	<u>4.894</u>
	<u>28.769</u>	<u>3.592</u>

(a) A variação ocorreu pelo aumento médio da carteira em 2011, além da deterioração da mesma no período, diferente do que houve no exercício de 2010.

31. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Despesas financeiras:		
Ajuste a valor presente - fornecedores	(32.285)	(22.045)
Perda em “swap” (*)	(107.714)	(14.783)
Juros	(39.952)	(14.498)
Despesas bancárias	(2.178)	(2.536)
Variação cambial passiva	(83.500)	(6.642)
Outras	<u>(5.675)</u>	<u>(138)</u>
	<u>(271.304)</u>	<u>(60.642)</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	38.605	10.625
Ganho em “swap” (*)	87.530	2.785
Variação cambial ativa	61.782	9.029
Descontos obtidos	11.304	4.440
Outras	<u>3.164</u>	<u>1.480</u>
	<u>202.385</u>	<u>28.359</u>

	Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>

Despesas financeiras:

Ajuste a valor presente - fornecedores	(32.285)	(22.045)
Perda em “swap” (*)	(107.714)	(14.783)
Juros	(39.970)	(14.509)
Despesas bancárias	(3.441)	(3.550)
Variação cambial passiva	(83.500)	(7.022)
Outras	<u>(13.029)</u>	<u>(3.942)</u>
	<u>(279.939)</u>	<u>(65.851)</u>
Receitas financeiras:		
Aplicações financeiras	62.122	27.539
Ganho em “swap” (*)	87.530	2.785
Variação cambial ativa	61.787	9.029
Descontos obtidos	11.366	4.441
Outras	<u>4.844</u>	<u>1.796</u>
	<u>227.649</u>	<u>45.590</u>

(*) Refere-se a resultado com instrumentos financeiros para troca de indexador de passivos financeiros, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 34.g) e nº 34.i).

32. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Custo de mercadorias	(1.012.119)	(807.553)
Despesa com pessoal e encargos	(325.365)	(257.446)
Despesas de comunicação e distribuição	(99.846)	(84.309)
Despesas de aluguéis e correlatos	(164.501)	(129.425)
Despesas de serviços e utilidades públicas	(189.196)	(154.338)
Despesas de depreciação e amortização	(109.598)	(93.965)
Custo de empréstimos e financiamentos	(146.253)	(28.666)
Outras despesas financeiras	(125.052)	(31.976)
Provisões (reversões) - provisões para créditos de liquidação duvidosa e contingências	7.605	(189)
Despesas com consultoria e auditoria	(15.521)	(13.342)
Outras despesas	<u>(62.285)</u>	<u>(47.796)</u>
	<u>(2.242.131)</u>	<u>(1.649.005)</u>

	Consolidado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Custo de mercadorias	(958.259)	(807.546)
Despesa com pessoal e encargos	(365.679)	(285.436)
Despesas de comunicação e distribuição	(104.274)	(87.439)

Despesas de aluguéis e correlatos	(168.202)	(130.334)
Despesas de serviços e utilidades públicas	(188.103)	(153.856)
Despesas de depreciação e amortização	(115.397)	(97.546)
Custo de empréstimos e financiamentos	(147.393)	(34.110)
Outras despesas financeiras	(137.198)	(35.930)
Provisões (reversões) - provisões para créditos de liquidação duvidosa e contingências	(190.261)	(134.939)
Despesas com consultoria e auditoria	(22.362)	(25.860)
Outras despesas	<u>(101.630)</u>	<u>(75.465)</u>
	<u>(2.498.758)</u>	<u>(1.868.461)</u>

33. LUCRO POR AÇÃO

De acordo com a IAS 33 - Lucro por Ação e CPC 41 – Resultado por Ação, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do exercício com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído:

	Controladora	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Lucro líquido de operações em continuidade atribuível a detentores de ações ordinárias da controladora	177.493	208.675
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias para o lucro básico por ação	184.551	184.551
Efeito da diluição:		
Opções de ações	<u>1.115</u>	<u>487</u>
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias ajustada pelo efeito da diluição	<u>185.666</u>	<u>185.038</u>
Lucro líquido por ação básico - R\$	<u>0,96175</u>	<u>1,13072</u>
Lucro líquido por ação diluído - R\$	<u>0,95598</u>	<u>1,12774</u>

34. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de capital

A Administração da Companhia gerencia seus recursos, a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Companhia consiste em passivos financeiros com instituições financeiras, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e os lucros acumulados.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos estoques, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e maximizar os recursos para aplicação em abertura de lojas, reformas e remodelação das lojas existentes.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Total dos empréstimos e financiamentos e debêntures	984.472	577.849
Menos: Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	647.344	545.709
Dívida líquida	337.128	32.140
Total do patrimônio líquido	857.765	823.045
Total do capital total	1.194.893	1.400.894
Índice de dívida líquida	<u>28%</u>	<u>2%</u>

b) Políticas contábeis significativas

Os detalhes das principais políticas contábeis e métodos adotados, incluindo o critério para reconhecimento e bases de mensuração de apropriação das receitas e despesas para cada uma das classes de ativos e passivos financeiros, além do patrimônio líquido, estão descritas na nota explicativa nº 3.

c) Categorias dos instrumentos financeiros

	Controladora	
	Valor contábil e valor de mercado	
	31/12/2011	31/12/2010
Ativos financeiros:		
Títulos e valores mobiliários	5.824	23.621
Caixa e equivalentes de caixa	438.061	307.354
Contas a receber de clientes	<u>320.272</u>	<u>311.587</u>
	<u>764.157</u>	<u>642.562</u>
Passivos financeiros-		
Outros passivos-		
Fornecedores a pagar	170.387	203.085
Empréstimos e financiamentos	271.058	529.748

Debêntures	648.423	-
	<u>1.089.868</u>	<u>732.833</u>
	Consolidado	
	Valor contábil e valor de mercado	
	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativos financeiros:		
Títulos e valores mobiliários	6.050	24.021
Caixa e equivalentes de caixa	641.294	521.688
Contas a receber de clientes	<u>682.365</u>	<u>634.538</u>
	<u>1.329.709</u>	<u>1.180.247</u>
Passivos financeiros-		
Outros passivos-		
Fornecedores a pagar	178.443	207.868
Empréstimos e financiamentos	336.049	577.849
Debêntures	<u>648.423</u>	-
	<u>1.162.915</u>	<u>785.717</u>

A Administração da Companhia é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado, em razão de o vencimento de parte substancial dos saldos ocorrer em data próxima às dos balanços. O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” é atualizado monetariamente com base em índices de inflação e juros variáveis em virtude das condições de mercado e, portanto, o saldo devedor registrado nas datas dos balanços está próximo do valor de mercado.

Contudo, tendo em vista que não há mercado ativo para esses instrumentos, as diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

d) Risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito das controladas estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração das controladas por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e da diversificação de suas operações (pulverização do risco). O saldo de clientes sujeito a risco de crédito está apresentado na nota explicativa 9. A Companhia registrou provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$61.501 (R\$35.421 em 31 de dezembro de 2010), para cobrir os riscos de crédito.

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam as controladas à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes, principalmente em relação às transações realizadas com a controlada Club. O saldo da rubrica “Contas a receber” está distribuído entre as administradoras de cartões de crédito. As transações com a Club representam 81% em 31

de dezembro de 2011 (84% em 31 de dezembro de 2010) do total das transações de vendas com cartão de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em Reais.

A Companhia mantém seu caixa e equivalentes de caixa com instituições financeiras de primeira linha e não limita sua exposição a uma instituição em particular. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários sujeitos a risco de crédito estão apresentados nas notas explicativas 7 e 8.

e) Riscos de mercado

A Companhia e suas controladas atuam internacionalmente na compra de estoque para revenda, o qual está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar norte-americano. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras.

A Administração estabeleceu uma política que exige que, através de seu Diretor Financeiro, se apresente mensalmente ao Conselho de Administração a posição atual de exposição em moeda estrangeira e seus riscos inerentes para a tomada de decisão de necessidade ou não de uma proteção para risco cambial.

f) Fatores de riscos financeiros

As atividades da Companhia e de suas controladas estão expostas a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito, risco de liquidez e “funding” e risco de contraparte. O programa de gestão de risco global da Companhia e de suas controladas concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho da Companhia e de suas controladas. A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é exercida pela Presidência e por todas as diretorias e monitorada pelo Departamento de Gestão de Riscos da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. O departamento identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

g) Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira

A Companhia e sua controlada Club captaram empréstimos denominados em moeda estrangeira acrescidos de juros com o Banco Bradesco e Banco Safra, para os quais foram contratadas operações de “swap”, com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI, acrescido de taxa prefixada.

Essa é uma operação “casada” que consiste formalmente em um contrato de empréstimo e uma operação de “swap” contratados na mesma data, com mesmo vencimento, com a mesma contraparte e que deverão ser liquidados pelo seu valor líquido. Dessa forma, a Administração entende que, na essência, essa operação é um empréstimo denominado em

moeda local acrescido de uma determinada taxa de juros; portanto, o tratamento contábil e as respectivas divulgações refletem a essência da operação.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe dos contratos em aberto é como segue:

31/12/2011						
<u>Vencimento</u>	<u>Valor de referência (nocial)</u>	<u>Banco</u>		<u>Companhia</u>		<u>Ajuste Líquido</u>
		<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros %</u>	
Janeiro de 2012	168.570	US\$	2,04% a.a.	CDI	100,9%	187.844
Fevereiro de 2012	<u>30.681</u>	US\$	3,90% a.a.	CDI	101,32%	<u>31.632</u>
	<u>199.251</u>					<u>219.476</u>

31/12/2010						
<u>Vencimento</u>	<u>Valor de referência (nocial)</u>	<u>Banco</u>		<u>Companhia</u>		<u>Ajuste Líquido</u>
		<u>Indexador</u>	<u>Juros</u>	<u>Indexador</u>	<u>Juros %</u>	
Janeiro de 2011	29.284	US\$	3,9% a.a.	CDI	100% + 1,32 a.a.	33.160
Março de 2011	100.000	US\$	1,47% a.a.	CDI	100,85%	102.955
Junho de 2011	95.838	US\$	1,56% a.a.	CDI	103,60%	98.340
Agosto de 2011	<u>170.520</u>	US\$	1,62% a.a.	CDI	100,00%	<u>171.894</u>
	<u>395.642</u>					<u>406.349</u>

O montante envolvido em empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira está registrado na rubrica “Empréstimos e financiamentos” em contrapartida a conta de “Receitas e despesas financeiras”.

Considerando o exposto anteriormente, a Companhia e suas controladas não estão sujeitas a risco de mudanças nas taxas de câmbio; dessa forma, não foram considerados para serem medidos pela análise de sensibilidade, considerando que a Companhia e suas controladas estão única e exclusivamente expostas à variação do CDI nos contratos de empréstimos.

h) Taxa de juros

As controladas da Companhia estão expostas a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros sobre suas obrigações de longo prazo.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, único indexador dos empréstimos contratados pela Companhia e por suas controladas:

<u>Operação</u>	31/12/2011				
	<u>Montante</u>	<u>Risco</u>	<u>Provável (i)</u>	<u>Possível (ii)</u>	<u>Remoto (iii)</u>
Aplicações financeiras					
sujeitas à variação do CDI	612.586	Alta do CDI	64.864	81.080	97.296
Juros sobre empréstimos					
sujeitos à variação do CDI	(890.197)	Alta do CDI	(105.600)	(132.000)	(158.401)

<u>Operação</u>	<u>Montante</u>	<u>Risco</u>	<u>31/12/2010</u>		
			<u>Provável (i)</u>	<u>Possível (ii)</u>	<u>Remoto (iii)</u>
Aplicações financeiras					
sujeitas à variação do CDI	505.022	Alta do CDI	59.737	74.671	89.605
Juros sobre empréstimos					
sujeitos à variação do CDI	(427.649)	Alta do CDI	(51.635)	(64.544)	(77.453)

(i) Juros calculados com base na variação média atual do CDI.

(ii) Juros calculados considerando um incremento de 25% na variação do CDI.

(iii) Juros calculados considerando um incremento de 50% na variação do CDI

i) Gerenciamento do risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito bancárias e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, o Departamento de Operações Financeiras - DOF mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito bancárias.

A Administração monitora o nível de liquidez da Companhia e de suas controladas, considerando o fluxo de caixa esperado e caixa e equivalentes de caixa. Além disso, a política de gestão de liquidez da Companhia e de suas controladas envolve a projeção de fluxos de caixa e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	<u>31/12/2011</u>				
	<u>Até 1 ano</u>	<u>Até 2 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	178.443	-	-	-	178.443
Financiamentos bancários	302.095	23.665	356.286	307.973	990.019
Financiamentos bancários - arrendamento financeiro	<u>3.044</u>	<u>1.581</u>	<u>636</u>	<u>-</u>	<u>5.261</u>
	<u>483.582</u>	<u>25.246</u>	<u>356.922</u>	<u>307.973</u>	<u>1.173.723</u>

	<u>31/12/2010</u>				
	<u>Até 1 ano</u>	<u>Até 2 anos</u>	<u>De 3 a 5 anos</u>	<u>Acima de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	203.085	-	-	-	203.085
Financiamentos bancários	502.386	45.022	19.349	169	566.926
Financiamentos bancários - arrendamento financeiro	<u>2.170</u>	<u>230</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.400</u>

707.641 45.252 19.349 169 772.411

j) Mensuração e hierarquia do valor justo

O valor justo é um preço existente, representando o valor que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação normal entre participantes do mercado.

Dessa forma, o valor justo é uma mensuração baseada no mercado e assim deve ser determinado com base em premissas que os participantes do mercado usariam na determinação de preços de um ativo ou passivo. Como base para a consideração de tais estabelece-se uma hierarquia de valor justo de três níveis que prioriza as entradas usadas na mensuração do valor justo como segue:

- Nível 1. Insumos observáveis tais como os com preços cotados em mercados ativos;
- Nível 2. Insumos, outros que não os com preços cotados em mercados ativos que são observáveis quer direta ou indiretamente; e
- Nível 3. Insumos não observáveis, para os quais existem poucos ou nenhum dado de mercado, que exige que a entidade de reporte desenvolva as suas próprias premissas.

	Instrumentos Derivativos – contratos de swaps de juros	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos (Nível 1)	Outras fontes significativas observáveis (Nível 2)	Insumos não observáveis significativos (Nível 3)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.703	-	3.703	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>(15.861)</u>	-	<u>(15.861)</u>	-

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não houve transferência entre os níveis 1 e 2 da mensuração do valor justo ou transferências para o nível 3.

35. ARRENDAMENTO OPERACIONAL - LOCAÇÃO DE LOJAS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia possuía contratos de locação firmados com empresas ligadas e terceiros, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

O valor da locação dos imóveis de empresas ligadas é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente à taxa média de 2,92% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação. A despesa média mensal de aluguéis pagos para empresas ligadas é de R\$2.498 (R\$2.454 em 31 de dezembro de 2010). Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de cinco anos, podendo ser renovados contratual e automaticamente por até dois períodos de cinco anos.

O valor da locação dos imóveis de terceiros é sempre o maior valor entre: (i) o equivalente à taxa média de 3,23% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (ii) um valor mínimo

mensal atualizado anualmente por diversos índices representativos da inflação. A despesa média mensal de aluguéis pagos para terceiros é de R\$9.004 (R\$6.457 em 31 de dezembro de 2010). Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de 5 a 15 anos, sujeitos à renovação.

No período findo em 31 de dezembro de 2011, as despesas de aluguéis, líquidas de Pis e Cofins a recuperar, no consolidado, totalizaram R\$129.639 (R\$130.334 em 31 de dezembro de 2010). O saldo da rubrica “Aluguéis a pagar” é de R\$13.130 (R\$11.162 em 31 de dezembro de 2010).

Os compromissos futuros oriundos desses contratos, a valores de 31 de dezembro de 2011, totalizam um montante mínimo de R\$966.170, assim distribuído:

<u>Exercício</u>	<u>Valor</u>
2012	140.616
2013	140.072
2014	133.422
2015	122.511
2016 a 2028	<u>429.549</u>
	<u>966.170</u>

36. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O pronunciamento técnico CPC 22 e a IFRS 8 - Informações por Segmento requerem que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia regularmente revisados pelo Diretor-presidente, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios em varejo e operações de crédito. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características para cada uma das divisões são:

- Varejo – atividade de varejo com foco em consumidores da classe C.
- Operações cartão de crédito - por meio do Cartão Marisa e “Co-Branded” Marisa Itaucard e gerenciado pela controlada Club, ofertam aos consumidores da Companhia o crédito para aquisição de produtos, além de seguros, pagamento de contas e empréstimo pessoal.
- Operações crédito pessoal - por meio da SAX, oferta empréstimo pessoal aos consumidores da Companhia.

a) Demonstração consolidada do resultado, ativos e passivos consolidados por segmento:

	31/12/2011			
	<u>Varejo</u>	<u>Operações cartão de crédito</u>	<u>Operações crédito pessoal</u>	<u>Saldo consolidado</u>
Receita líquida de clientes externos	1.990.263	412.476	47.576	2.450.315

Custos e devoluções do segmento	<u>(958.259)</u>	<u>(277.474)</u>	<u>(17.057)</u>	<u>(1.252.790)</u>
Lucro bruto	1.032.004	135.002	30.519	1.197.525
Despesas com vendas	(689.991)	-	-	(689.991)
Despesas gerais e administrativas	(128.021)	(8.676)	(6.992)	(143.689)
Depreciação e amortização	(111.984)	(3.166)	(247)	(115.397)
Receitas financeiras	202.479	25.170	-	227.649
Despesas financeiras	(271.432)	(8.291)	(216)	(279.939)
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>37.354</u>	<u>(4.827)</u>	<u>(3.758)</u>	<u>28.769</u>
	<u>70.409</u>	<u>135.212</u>	<u>19.306</u>	<u>224.927</u>

31/12/2010

	Varejo	Operações cartão de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Receita líquida de clientes externos	1.702.762	353.168	19.752	2.075.682
Custos e devoluções do segmento	<u>(807.720)</u>	<u>(224.788)</u>	<u>(6.983)</u>	<u>(1.039.491)</u>
Lucro bruto	895.042	128.380	12.769	1.036.191
Despesas com vendas	(535.322)	-	-	(535.322)
Despesas gerais e administrativas	(111.471)	(4.784)	(4.707)	(120.962)
Depreciação e amortização	(95.329)	(1.990)	(227)	(97.546)
Receitas financeiras	28.788	16.802	-	45.590
Despesas financeiras	(60.720)	(5.063)	(68)	(65.851)
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>7.712</u>	<u>(4.123)</u>	<u>3</u>	<u>3.592</u>
	<u>128.700</u>	<u>129.222</u>	<u>7.770</u>	<u>265.692</u>

31/12/2011

	Varejo	Operações cartão de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	449.974	185.518	5.802	641.294
Contas a receber de clientes	159.463	484.998	37.904	682.365
Estoque	281.391	-	-	281.391
Imobilizado e intangível	557.721	5.159	643	563.523
Outros	<u>186.170</u>	<u>74.744</u>	<u>3.112</u>	<u>264.026</u>
	<u>1.634.719</u>	<u>750.419</u>	<u>47.461</u>	<u>2.432.599</u>

31/12/2010

	Varejo	Operações cartão de crédito	Operações crédito pessoal	Saldo consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	308.258	213.060	513	521.831
Contas a receber de clientes	130.085	484.982	19.471	634.538
Estoque	232.016	-	-	232.016
Imobilizado e intangível	425.932	5.763	777	432.472

Outros	<u>164.954</u>	<u>74.184</u>	<u>1.297</u>	<u>240.435</u>
	<u>1.261.245</u>	<u>777.989</u>	<u>22.058</u>	<u>2.061.292</u>

31/12/2011				
	<u>Varejo</u>	<u>Operações cartão de crédito</u>	<u>Operações crédito pessoal</u>	<u>Saldo consolidado</u>
Fornecedores	176.694	1.749	-	178.443
Empréstimos e financiamentos	919.480	46.512	18.480	984.472
Impostos a recolher	96.609	4.838	4.183	105.630
Provisão para litígios e demandas judiciais	33.272	20.008	70	53.350
Parcelamento de tributos	35.596	498	-	36.094
Outros	113.425	103.016	404	216.845
Patrimônio líquido	<u>259.643</u>	<u>573.798</u>	<u>24.324</u>	<u>857.765</u>
	<u>1.634.719</u>	<u>750.419</u>	<u>47.461</u>	<u>2.432.599</u>

31/12/2010				
	<u>Varejo</u>	<u>Operações cartão de crédito</u>	<u>Operações crédito pessoal</u>	<u>Saldo consolidado</u>
Fornecedores	204.786	3.082	-	207.868
Empréstimos e financiamentos	529.749	41.421	6.679	577.849
Impostos a recolher	128.727	11.185	1.891	141.803
Provisão para litígios e demandas judiciais	41.126	19.996	3	61.125
Parcelamento de tributos	50.254	1.733	-	51.987
Outros	83.360	113.207	1.048	197.615
Patrimônio líquido	<u>395.339</u>	<u>415.269</u>	<u>12.437</u>	<u>823.045</u>
	<u>1.433.341</u>	<u>605.893</u>	<u>22.058</u>	<u>2.061.292</u>

37. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

As coberturas dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2011 e 2010, são assim demonstradas:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Responsabilidade civil	2.000	1.500
Riscos diversos - estoques e imobilizados	43.000	36.000
Transporte nacional e internacional	8.150	4.483
Veículos	<u>1.408</u>	<u>875</u>
	<u>54.558</u>	<u>42.858</u>

38. COMPROMISSOS, OBRIGAÇÕES E DIREITOS CONTRATUAIS

Os compromissos, as obrigações e os direitos contratuais dados ou recebidos não registrados no balanço em 31 de dezembro de 2011 são como segue:

<u>Natureza</u>	<u>R\$</u>
Direito a utilizar-	
Créditos concedidos a cliente e não utilizados (*)	5.124.025
Compromisso e/ou obrigação:	
Carta de fiança concedida por bancos como garantia em processos judiciais e financiamentos	<u>109.814</u>
	<u>5.233.839</u>

(*) Limite não utilizado nos cartões “Private Label” e “Cartão Marisa” aptos.

Os compromissos relacionados aos contratos de locação de lojas encontram-se divulgados na nota explicativa 35.

39. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 05 de janeiro de 2012, a Companhia liquidou seu empréstimo junto ao Banco Bradesco S.A., no montante de R\$187.654.

Em 28 de fevereiro de 2012, a Companhia efetuou o pagamento integral antecipado do parcelamento de tributos (REFIS) no montante R\$38.482.

Em 02 de março de 2012, a Companhia firmou nova operação de swap com o Banco Bradesco S.A.. O contrato prevê a troca de fluxos financeiros futuros onde a Companhia ficará ativa na variação de preços de suas próprias ações e passiva em uma taxa de juros atrelada à variação do CDI + taxa pré-fixada.

40. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de março de 2012, foi autorizada a conclusão das presentes demonstrações financeiras. O Conselho de Administração tem autoridade para alterar as demonstrações financeiras da Companhia após a sua emissão, se aplicável.
